

XIV FESTA DA SOLIDARIEDADE - AÇORES 2021

A Festa foi um sucesso

Eleutério Alves, vice-presidente da CNIS



Mensa | Outubro 2021 |
Preço: 1 euro | 2.ª Série | N.º 270



TINHA 86 ANOS
Faleceu Ernesto Campos,
segundo presidente
da UIPSS/CNIS



PONTA DELGADA
Mãe de Deus acolhe
crianças e jovens em risco
há mais de 160 anos



V.N. FAMALICÃO
Associação das Lameiras
vive imbróglio infundável
com casa abrigo



Eugénio Fonseca
Presidente da Confederação
Portuguesa do Voluntariado



ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Que têm as IPSS com isso?

Em 17 de outubro do ano passado, Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, o Governo divulgou a criação de uma Comissão à qual se pedia que articulasse a participação de muitas instituições sociais e de animação para o desenvolvimento. No Despacho n.º 10277/2020, assinado pelas senhoras Ministras Ana Godinho e Mariana Vieira da Silva, indicavam-se os elementos que formariam essa equipa de Coordenação. É óbvio que a CNIS fez parte do grupo das instituições escolhidas para darem o seu contributo. Não é discutível o contributo das IPSS para se alcançar tão emergente desígnio ético, por ser da mais elementar justiça social. O compromisso confiado a essa Comissão seria o de apresentar, até 15 de dezembro do ano passado, uma proposta de Estratégia Nacional de Combate à Pobreza. Confesso que, dada a complexidade da missão pedida, considere, desde logo, o tempo determinado muito escasso. Todavia, passa um ano do início dos trabalhos e a Estratégia ainda não é conhecida; falta cumprir o tempo de audição pública da Proposta que o Governo considerar com condições para esse efeito. Este propósito foi, desde logo, referido no Despacho que, com muita assertividade, assegura a relevância que tem de assumir a contribuição de todas e de todos. Segundo o Despacho: *«É fundamental que a construção desta Estratégia seja feita com o envolvimento da sociedade civil e num processo de ampla participação e debate»*. Viveríamos num regime democrático mais completo se as decisões mais importantes e com maiores implicações na vida do povo tivessem sempre o seu parecer. Este seria um contributo muito significativo que as IPSS poderiam dar, promovendo debates com os pais, com os beneficiários adultos, possuidores de condições cognitivas para o efeito e com as colaboradoras e colaboradores das instituições. Se esta fosse uma prática corrente nas IPSS elas alargariam significativamente, a sua dimensão política - no sentido etimológico da palavra que tem a sua origem no termo grego *“politikos”* que se refere aos grupos sociais que integram a *“Pólis”*, ou seja a *“cidade”* - para

participarem na organização, administração e orientação de nações ou Estados. Por outro lado, o referido Despacho deixa claro que a estratégia de combate à pobreza que há-de surgir se insere *«no âmbito do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, que integre medidas concretas, cruzando diferentes instrumentos e dimensões de política pública, integrando transversalmente todos os públicos, da infância à velhice, incluindo os grupos e públicos mais vulneráveis, e criando, em particular, um quadro de monitorização único da evolução dos indicadores.»*. Outro contributo fundamental que as IPSS podem dar, na medida em que são uma das instâncias onde se pode encontrar o maior número dos públicos mencionados e que estão em melhores condições para fornecerem os indicadores necessários à avaliação dos efeitos práticos da estratégia. É a transversalidade dos públicos - de todos os públicos que serão abrangidos pelas medidas que se vierem a implementar - o argumento que me tem vindo a sugerir que qualquer Estratégia para a Erradicação da Pobreza deveria ser coordenada pela Presidência do Conselho de Ministros e não estar tão, marcadamente, dependente do Ministério do Trabalho, da Solidariedade e Segurança Social.

Tendo em conta, os princípios enunciados como alicerces da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, reitero que considere curtos os tempos concedidos à Comissão nomeada. Decorrido todo este tempo, parece-me que estão já a ser longos demais. É importante que essa estratégia se comece a implementar. Esta urgência é reconhecida pelo próprio Despacho ao constatar que *«... a pandemia veio degradar os indicadores de desemprego e agravar as condições materiais de muitos portugueses, impondo para além da resposta de emergência, que tem vindo a ser desenvolvida, uma atuação sistémica e estrutural de combate à pobreza.»* Mas é imprescindível ter sempre em conta que a necessidade de se fazer este combate e de vencer, tem que ver também com a pobreza estrutural e geracional que se têm mostrado ser as frentes do combate mais difíceis de enfrentar. Antes do

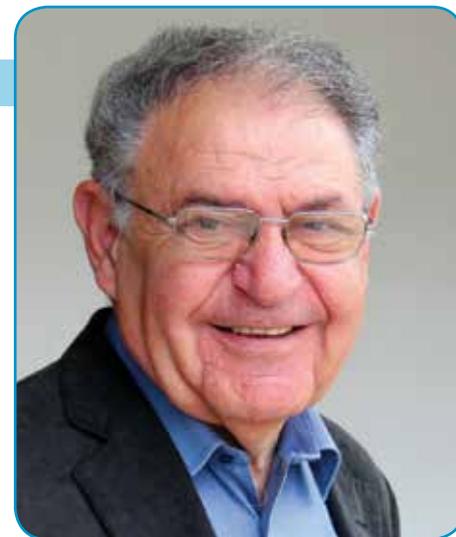
surto pandémico, pelo menos, 17,3% da população portuguesa encontrava-se na situação de pobreza absoluta o que não deixa de ser uma vergonha para um país democrático, assente num Estado que se diz social e um descrédito dos princípios que deram origem à União Europeia. Esta demora pode ter efeitos mais perversos do que parece. É que estão a ser executados, em tempos diferentes, dois outros grandes instrumentos para a coesão social que são o Plano de Recuperação e Resiliência e o Plano de Ação elaborado no âmbito do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Seria importante que estas três “bazucas”, apesar de dimensões e alcances diferentes, “disparassem” coordenadamente para se alcançarem metas integradas e sustentadas. Sem essa cuidada e persistente articulação nenhum destes programas conseguirá alcançar, na totalidade e, por certo, os mais importantes objetivos a que se propõem, e pouca relevância poderá ter a redução das desigualdades e a melhoria das condições de vida, dignas para todos os portugueses, preferencialmente os que estão em condições de vulnerabilidade económica e social que os levam a subsistir com os mínimos do que lhes é consignado pela Declaração dos Direitos Humanos.

Sem dúvida que as IPSS têm uma missão incontornável na erradicação da pobreza. Por isso, cada uma, com as suas capacidades e especificidades, deverá identificar e dar o seu contributo para que se cumpram os 12 princípios enunciados no Despacho. Depois de conhecida a proposta da estratégia Nacional para o Combate à Pobreza, deveriam ser identificadas as áreas de intervenção. Aguardemos.

Uma certeza podemos ter, desde já, é que as transformações não se fazem por decreto, mas sim com a mudança de mentalidades e a criação de modelos mais condizentes com uma economia humana integral. Ou seja, uma sociedade menos individualista e mais motivada para o bem comum em que os seres humanos e todas as demais criaturas devam ser considerados como protagonistas verdadeiros da história de cada tempo.

EDITORIAL

Padre Lino Maia - Presidente da CNIS



Cuidar da fragilidade: missão da igreja

Um dos aspetos mais importantes da doutrina do atual Papa Francisco, no capítulo do ensino social da Igreja, foi o de não fazer deste ensino um capítulo à parte, mas de o concentrar no único anúncio do Evangelho do Reino de Deus.

Mesmo se a encíclica “A alegria do Evangelho” trata deste tema em dois capítulos sucessivos (3 e 4), o ponto decisivo e original é que a dimensão social do Evangelho não se ajunta como que justaposta ao Evangelho, mas está-lhe ligada do interior, faz parte dele intrinsecamente.

“Lendo as Estruturas, escreve este documento, aparece claramente que a proposta do Evangelho não consiste somente numa relação pessoal com Deus (...) A proposta é o Reino de Deus (Lc 4, 43); trata-se de amar a Deus que reina no mundo. Na medida em que ele chegar a reinar entre nós, a vida social será um espaço de fraternidade, de justiça, de paz, de dignidade para todos” (EG. 180).

1. Numa sociedade secularizada, ou, como alguns preferem dizer laica, isto é numa sociedade em que o Estado respeita a liberdade religiosa e a plena expressão, incluindo o direito de associação dos cidadãos, inclusive a partir da sua crença, e tendo em conta o que acabamos de dizer sobre Evangelho e Reino de Deus, partindo do texto do Papa Francisco “A alegria do Evangelho”, a Igreja não está junto ou acima desta mesma sociedade e por isso fecunda, desde o seu interior, a ação do Reino futuro, que deixa, já aqui, sentir a sua força e presença, na provocação e ação operativa dos crentes e homens de boa vontade.

Crer no Reino de Deus e sua justiça não é uma questão puramente individual (“salvar a sua alma”), nem consiste numa mera expectativa (“Deus há de julgar-me”), como se vivêssemos numa espécie de antessala duma eternidade futura; é primordialmente criadora, quer dizer produtiva e por isso mesmo crítica.

Assim entendida, a fé tem uma indiscutível e absolutamente intransferível dimensão pública.

É certo que, desde o Iluminismo, o Estado



tem a pretensão de ocupar todo o espaço público, relegando para o espaço privado todas as formas de crítica e informação que não venham do seu seio.

Mas é justamente aqui, que a fé responde no espaço público com novas formas de presença. Formas de presença que devem ser críticas e provocadoras, justamente porque tentam não reproduzir o mesmo, mas atender a novas formas de fragilidade que surgem continuamente, inclusive na sociedade da abundância com que a Igreja presta um serviço indispensável à sociedade porque lhe faz ver o diferente, quando esta tenta reproduzir o mesmo. A isto chamou o grande pensador J. Habermas a insubstituível e indispensável capacidade simbólica das religiões.

Frente a uma pretensão teocrática ou totalitária de cunho político, venha donde vier, a fé cristã, sem deixar de achar positiva a secularização e autonomia do mundo, relativiza todo o projeto humano, com pretensões de absoluto, único e insubstituível. O que defende a sociedade de pretensões mais ou menos totalizantes e a Igreja de individualismos de segregação da fé do mundo.

2. É a partir destes princípios que se deve defender a ação da Igreja na sociedade: ela defende o que é concreto e o que é diverso, contra a tentação do que é abstrato e burocrático, mesmo e repetitivo, devolvendo a ação social à autêntica fonte. Para a Igreja o ser humano e a criação não é um número, é um próximo. E tentar responder à pergunta: quem é o meu próximo e a fonte da sua atitude profética

– crítica e criativa.

Não se trata aqui ainda das relações Igreja Estado, mas das relações anteriores, religião-sociedade, Evangelho-sociedade. Estas são anteriores às outras, situando-se no campo da liberdade religiosa como serviço na e à sociedade.

Neste contexto, que deve ser seguido com rigor e ensinado com denodo, se a Igreja não quer ser vista como poder, se compreende a dimensão irrenunciável pública da fé e a sua importância decisiva. Dado que a convivência das pessoas na sociedade é algo de natural à pessoa humana e tendo em conta a definição do direito à liberdade religiosa, como direito fundamental, a evangelização deve reivindicar o seu conteúdo pleno e entre ele o anúncio do Evangelho aos pobres (Lc 7, 22).

3. Ao agir segundo a sua natureza e na fidelidade ao Evangelho, a Igreja presta à sociedade um serviço muito importante de ordem pré-política e pré-partidária, mantendo a sociedade vigilante sobre os seus verdadeiros fins.

Na verdade, sem nenhuma espécie de transcendência ou para usar os termos de J. Habermas sem nenhuma espécie de ordem simbólica, as sociedades, mesmo as democráticas, correm o risco de se esvaziar eticamente, se forças crítico-libertadoras funcionando no seu seio, não lhe derem uma permanente informação outra.

Por isso qualquer Estado democrático necessita de grupos religiosos, culturais ou cívicos que, no livre exercício da sua participação política, transmitam continuamente uma correção de novidade e diferença que é a verdadeira fonte de enriquecimento da vida comunitária.

Por isso ninguém se pode incomodar – salvo a grupos tendencialmente totalitários – que vozes e ações crítico-proféticas, se levantem e pratiquem, segundo a sua forma de ser, a sua presença na sociedade.

Esta atitude não contraria a laicidade do Estado. Antes a defende de se transformar, por sua parte, numa espécie de novo “clericalismo”.



PLATAFORMA SOMOSIPSS.PT - PROJETO TFA

CNIS considera adesão à Plataforma uma mais-valia para as Instituições

A CNIS integra o Projeto TFA – Theo-FrameAccountability, promovido pelo ISCA-UA - Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro em parceria com o ISCAP – Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto e o ISCAC – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, tendo como grandes objetivos promover a prestação de contas nas IPSS e dotar as Instituições de dados, conhecimentos e informações que lhes permitam avaliar o seu desempenho, tomar decisões informadas e melhorar a gestão e a governação.

Fruto deste Projeto, foi criada a Plataforma somosipss.pt onde, gratuitamente, as Instituições, através de um registo simples, podem:

- Criar o seu website institucional, facilitando uma maior aproximação com a comunidade;
- Divulgar as suas atividades, serviços e respostas, bem como a partilha de outras informações que lhes permitam cumprir com as obrigações legais previstas no Estatuto das IPSS como, por exemplo, a obrigação de publicação das contas anuais;
- Disseminar as boas práticas e o impacto social que têm na comunidade.

Nesta mesma Plataforma (somosipss.pt) as Instituições poderão proceder à avaliação do seu desempenho económico, financeiro, social e ambiental desde 2018, devendo para tal responder aos questionários anuais de recolha de dados para cálculo dos indicadores, tendo

posteriormente acesso:

- Aos seus indicadores individuais, proporcionando-lhes a possibilidade de fazer uma reflexão sobre os aspetos positivos e negativos da sua atuação e a identificação das áreas em que podem/devem atuar para melhorar o desempenho e, em paralelo, e se assim o entenderem, comunicar esses resultados às diferentes partes interessadas;

- Aos indicadores globais, possibilitando-lhes uma comparação dinâmica dos seus indicadores com os de outras IPSS (garantindo sempre o anonimato), num processo de benchmarking que se pode traduzir em melhoria de algumas práticas e, daí decorrente, melhoria dos resultados.

A avaliação do desempenho de cada Instituição é de acesso restrito a esta e organiza-se em 6 dimensões de análise, divididas em várias subdimensões:

Dimensão	Subdimensão
1. Propósito (Purpose)	1.1 Estratégia e Perfil Organizacional
	1.2 Governação
	1.3 Transparência
2. Parceiros (Partners)	2.1 Utentes
	2.2 Trabalhadores
	2.3 Voluntariado
	2.4 Fomecedores
	2.5 Estado e Outras Entidades Públicas
3. Desempenho Económico e Financeiro (Performance)	3.1 Atividade
	3.2 Rentabilidade (Rácios económicos)
	3.3 Rácios Financeiros
4. Proximidade (Proximity)	4.1 Comunidade (Concelho)
	4.2 Investimento social, doadores e mecenato
	4.3 Parcerias
	5.1 Eficiência energética
5. Planeta (Planet)	5.2 Resíduos
	5.3 Ambiente
	6.1 Infraestrutura TIC
6. Progresso (Progress)	6.2 Aceitação da tecnologia
	6.3 Cultura

É ainda de salientar e reforçar que as Instituições podem aderir, de forma totalmente gratuita, às duas componentes da Plataforma somosipss.pt – Website e Avaliação do Desempenho – ou apenas à que melhor responda às suas necessidades e interesses. A Plataforma tem a sua continuidade assegurada após o término do Projeto, ou seja, concluído o prazo de financiamento do Projeto, as Instituições continuarão a utilizar a plataforma com todas as suas funcionalidades.

Num momento particularmente difícil para as Instituições de Solidariedade Social, sobre as quais, nomeadamente no último ano, recaiu toda a atenção pública, a CNIS considera que a adesão à Plataforma somosipss.pt é uma mais-valia para as Instituições. Além de lhes permitir cumprir com a obrigação legal de publicitação das contas anuais em website próprio, possibilita um conhecimento detalhado e fidedigno do seu funcionamento e desempenho promotor de decisões que impulsionarão a melhoria, a eficiência, a transparência e a inovação. Complementarmente, os dados globais da avaliação do desempenho das Instituições aderentes à Plataforma conferirão maior transparência e maior e melhor conhecimento da comunidade em geral sobre o Setor Social e Solidário.

Mais informações sobre o Projeto poderão ser consultadas em <https://www.tfa.pt/> e sobre a Plataforma, em <http://somosipss.pt/>. Para esclarecimento de dúvidas poderão consultar a CNIS através do endereço dep.tecnico@cnis.pt ou os responsáveis do Projeto através do endereço somosipss@ua.pt.

LINHA NACIONAL DE EMERGÊNCIA SOCIAL

Projeto-piloto avança em Braga e Faro

A Linha Nacional de Emergência Social vai ter uma rede de respostas integradas de emergência social, que avança num modelo de projeto-piloto em Braga e Faro, mas que será alargado a todo o país para dar "respostas personalizadas".

Numa cerimónia em Lisboa, que assinalou os 20 anos da linha 144 da Segurança Social, a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, anunciou a criação da rede, já no terreno em dois concelhos, numa fase de projeto-piloto, em testes antes de ser alargada da todo o território nacional.

"Estamos a lançar agora uma rede de respostas integradas de emergência social, para garantir que ao nível local há uma rede articulada para respostas de emergência, que inclui desde alojamento, alimentação, medicamentos a reintegração profissional e que faz, de facto, a ponte com a linha 144", disse a ministra.

A nova rede pretende ser uma "resposta personalizada" a cada pessoa que contacta a linha 144, explicou a ministra, acrescentando que a nível local a rede será constituída por "um consórcio" de instituições que se disponibilizem a prestar ajuda social e que estabeleçam protocolos com a Segurança Social.

De acordo com uma nota do Ministério liderado por Ana Mendes Godinho, a rede vai permitir também melhorar a resposta sobretudo no período noturno e fins de semana.

Em 2020, chegaram à linha nacional de emergência social mais de 15 mil pedidos de ajuda que envolviam 20.800 pessoas. Este ano, até ao final de agosto, a linha já tinha recebido mais de 10 mil contactos, que abrangiam um universo de 13.600 pessoas.

Segundo a nota, a maioria dos contactos é feita pelas próprias pessoas a necessitar de

apoio, mas também por autoridades policiais e instituições.

"Na sua maioria, os pedidos que chegam à LNES estão relacionados com ausência e perda de autonomia (por motivos de saúde ou motivos económicos), seguindo-se situações de despejo e desalojamento. As pessoas em situação de sem abrigo e as vítimas de violência doméstica estão também entre os públicos que mais recorrem à Linha. Contactam a linha, essencialmente, mulheres entre os 31 e os 64 anos", explicita o documento.

A linha pretende garantir apoio social a "cidadãos que se encontrem em situação de desproteção e vulnerabilidade e que necessitem de apoio social, por não estarem asseguradas as condições mínimas de sobrevivência ou por estarem expostos a um perigo real, atual ou iminente, para a sua integridade física e psíquica".

ERNESTO CAMPOS TINHA 86 ANOS

Faleceu o segundo presidente da UIPSS/CNIS

Ernesto Costa, segundo presidente da União das Instituições Particulares de Solidariedade Social, faleceu a 14 de setembro, aos 86 anos. Foi presidente da UIPSS/CNIS de 1984 a 1988.

No dia 17 de Novembro de 1984, no salão do Centro Social de S. José, na cidade de Coimbra, 137 instituições elegeram uma lista para a direção União das Instituições Particulares de Solidariedade Social (UIPSS/CNIS). Essa lista era encabeçada por Ernesto Marques Campos, que sucedia ao Cónego Orlando Mota e Costa, que tinha sido o seu primeiro presidente. Licenciado em Filosofia pela Universidade do Porto, era professor e desempenhava funções pedagógicas na Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, APPACDM. Tinha também experiência como jornalista da Rádio Renascença, colaborador da Rádio Festival, do Porto, e de vários jornais e revistas sobre temas de educação e solidariedade social, nomeadamente na Miriam e neste jornal diocesano.

A escolha de um laico para a liderança da UIPSS/CNIS pretendia ser um sinal de abertura a toda a sociedade civil e, ao mesmo tempo, desmontar a imagem de que a solidariedade era um exclusivo da Igreja Católica.

Foi presidente da UIPSS/CNIS de 1984 a 1988. Na continuidade do seu antecessor, liderou

aquele organização social solidária de uma forma inteiramente benévola e em muito contribuiu para que ela viesse a ser a maior organização do sector social solidário, com marcas indeléveis: não sendo uma organização da Igreja Católica, era uma organização que se situava na cooperação com o Estado e que acolhia Instituições de ereção canónica (Centros Sociais Paroquiais, Fundações de ereção canónica, Institutos de Organização Religiosa e Misericórdias), Associações de solidariedade próximas das várias ideologias, Casas do povo e Mutualidades, acentuando a capilaridade, a solidariedade e a subsidiariedade.

Durante três anos a equipa coordenada por Ernesto Campos apostou na continuidade da ação social e tratou de credibilizar a organização. Tarefa árdua e muito exigente para a qual não havia meios suficientes. Naquele tempo era preciso “catequizar” os políticos que não entendiam o trabalho específico das IPSS. Naquela fase inicial da organização representativa, ainda incipiente e um pouco rudimentar, em muito contribuiu para a sua estrutura orgânica, para os primeiros passos na construção de um sistema legislativo e da respetiva afirmação com a criação de uma revista a que deu o nome de Solidariedade, nome que resultava de, na altura, na Polónia, estar muito interventivo o sindicato



Solidariedade e de este nome aparecer expresso na designação das instituições de solidariedade social. Também muito contribuiu para a afirmação da UIPSS/CNIS junto do Governo e dos sindicatos fazendo passar a mensagem da solidariedade social emergente da sociedade e transmitir a sua filosofia, essa forma de estar ao serviço da comunidade e o espírito benévolo da solidariedade, eles que não entendiam que as pessoas se empenhassem em causas com as quais não ganhassem em alguma coisa. Não entendiam que fosse possível este voluntariado e esta disponibilidade de serviço aos outros.

Ernesto Campos é um dos fundadores e construtores daquilo que é hoje o grande sector social solidário.

educabiz[®]
A primeira escolha em Portugal.
Mais de 600 instituições já utilizam.

www.educabiz.com

CRECHE

JARDIM DE INFÂNCIA

CATL

A Educabiz é a mais completa plataforma de gestão integrada para a sua IPSS que converge as componentes Pedagógica, de Comunicação e de Gestão e Faturação. Evoluir para a Educabiz será mais um passo para o futuro na sua instituição!

ACESSO SEGURO EM QUALQUER LUGAR

ATUALIZAÇÕES INCLuíDAS

SUPORTE E FORMAÇÃO GRATUITOS

ACESSO WEB OU APP PARA ANDROID OU IOS

CONFORMIDADE COM RGPD

REGISTOS EXIGIDOS PELA SS E ME

Valências para a terceira idade?
Experimente a Seniorbiz. A solução ideal para instituições de apoio a idosos. Reduza custos e agilize o trabalho da sua equipa. Aumente a envolvimento com as famílias.
www.seniorbiz.com

Marque já uma apresentação por videoconferência do Seniorbiz ou da Educabiz ligue 222 400 196

MÃE DE DEUS – ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, PONTA DELGADA

Veia empreendedora da instituição ajuda a financiar as respostas sociais

São 166 anos a acolher crianças e jovens de infância desvalida. Começou por ser asilo, passou a internato, depois a Lar, mas hoje é, simplesmente, Mãe de Deus, instituição de referência na Ilha de S. Miguel no acolhimento de crianças e jovens em risco. Autonomizar o conseguir adoção para estes jovens e crianças é para o que a instituição trabalha diariamente. E para o fazer sem sobresaltos e com qualidade, tem dado largas à sua “pequena veia empreendedora”, aproveitando o vasto património para angariar fundos para injetar nas respostas sociais. São os casos do restaurante take-away, da lavandaria ou da empresa de alojamento local «Green Vacations».

Foi em meados do século XIX, mais concretamente a 15 de dezembro de 1855, que foi fundada a Mãe de Deus, na altura Asilo de Infância Desvalida, nome que manteve até 1970, quando passou a designar-se Internato Feminino Mãe de Deus. Uma década depois era construído o edifício onde ainda hoje estão centralizados os serviços da secular instituição. Já em 2001, a instituição alterou a designação para Lar Mãe de Deus – Centro de Bem-Estar Social. Porém, seis anos volvidos, nova alteração para a atual Mãe de Deus – Associação de Solidariedade Social.

“As várias mudanças de nome tiveram também que ver com o alargamento das respostas sociais. Antes era só para meninas, depois passou a acolher crianças e jovens dos dois sexos e, por fim, surgiu a creche”, explica Dário Vaz, diretor-de serviços da instituição.

“Quando esta casa foi fundada, em 1855, pelo padre César Cabido, uma pessoa visionária, com dinheiro, era para acolher apenas raparigas órfãs de toda a ilha”, conta José Rodrigues, presidente da instituição, prosseguindo: “A instituição foi crescendo ao longo dos anos e, olhando à história, teve sempre à frente dos seus destinos gente de relevo, o que não é o caso agora, que eu não sou figura de relevo! E foram essas figuras que foram os grandes dinamizadores da instituição. Depois, tivemos a sorte de, ao longo da vida da instituição, ter sempre gente muito dedicada e competente, o que fez com que a instituição passasse de uma pequena instituição a grande instituição, com um património bastante considerável e com valências multidisciplinares”.

Por isso é que, na Mãe de Deus, “procura-se desenvolver capacidades nestas miúdas e nestes miúdos de forma a que eles possam, de alguma forma, autonomizar-se”, afirma, lembrando que “a génese da instituição mantém-se desde a fundação até hoje e passa pelo acolhimento de crianças e jovens que estão com problemas nos seus núcleos familiares”.

Segundo José Rodrigues, “podem ser órfãos, filhos de pais separados ou de famílias carenciadas”, mas, “neste momento, temos o problema



das adições, do álcool e das drogas, e temos aqui muitos filhos de pais com problemas desses”.

No edifício-sede que tem o nome do padre César Cabido estão instaladas, para além dos serviços administrativos e logísticos, algumas das valências da Mãe de Deus, com uma capacidade para 58 crianças, dos 0 aos 12 anos, estando ocupadas, de momento, por apenas 35: Casa Amarela e Casa Azul, Casa Sorriso (“normalmente não são fratrias que a ocupam, ou seja, são crianças de famílias diferentes”), Laço Materno (“uma resposta para mães solteiras”) e a Creche «Mundo Infantil».

Depois, dispersas pela cidade de Ponta Delgada, estão valências que acolhem também jovens, como a Casa Lua Nova, com seis raparigas, a Casa Santo Cristo, com três meninas, e a Casa Crescer, com seis rapazes.

Com uma equipa de 80 funcionários, a Mãe de Deus tem ainda uma Cantina Social, que serve



30 refeições por dia, “mas já foram 100”, realça José Rodrigues, que acrescenta: “Temos muitas respostas sociais, algumas que nunca pensámos vir a ter, como, por exemplo, a Cantina Social. E também o Laço Materno, uma valência de apoio a jovens grávidas, que é a única valência do género nos Açores”.



A creche surgiu “porque, em 2007, havia necessidade na cidade de creches e quando pensamos avançar quisemos fazê-lo com qualidade”, defende, afirmando com satisfação que, “neste momento, a creche está sempre cheia e é muito procurada, temos sempre uma grande lista de espera”.

E nesta necessidade, a instituição está a ver uma oportunidade de alargar a resposta, tendo já enviado um pedido ao Instituto da Segurança Social dos Açores para “aumento de capacidade para mais duas salas”.

Este é um projeto entre outros que a instituição tem já em marcha, tudo com o propósito garantir uma boa sustentabilidade.

“Temos vários projetos em mente. Para além de associação de caráter social, a Mãe de Deus também tem uma pequena veia empreendedora, mas sempre com retorno para a área social. Isto é, criamos empreendimentos sociais para depois nos darem apoio aqui nas respostas sociais. Ou seja, arranjar fundos para apoiar a instituição”, começa por explicar o presidente da instituição, revelando: “Neste momento, já temos criada uma empresa de alojamento local. É uma empresa que tem três anos, separada da instituição, mas detida a 100% pela instituição. É uma empresa que tem por objetivo o lucro para que este depois seja injetado na instituição. Estamos a fazer essa caminhada e, neste momento, já criámos oito novos empregos”.

A empresa «Green Vacations», assim se designa, para além de apartamentos da Mãe de Deus alocados ao alojamento local, também faz a gestão de outros alojamentos locais, desde o processo de licenciamento do apartamento até todo o apoio logístico no funcionamento dos mesmos.

“Depois, temos uma lavandaria industrial que também faz serviço para fora. Para além da lavagem de tudo o que é interno, a lavandaria ainda trata a roupa de todos os alojamentos locais que gerimos”, conta.

Mas a aposta em negócios paralelos à ação social não se fica por aqui, pois a Mãe de Deus criou um restaurante take-away, cuja comida é cozinhada na cozinha industrial da instituição.

“E, neste momento, temos um espaço que

vai ser transformado para lá criarmos um restaurante take-away de raiz, com comida de qualidade e a preços competitivos”, revela José Rodrigues, acrescentando ainda que a instituição tem uma casa fora de Ponta Delgada, “com uma vista lindíssima sobre o mar”, em que vai criar dois apartamentos de qualidade para explorar como alojamento local.

É um lamento frequente dos dirigentes das instituições que as doações já não são o que eram e cada vez mais é difícil de encontrar beneméritos. Porém, a Mãe de Deus tem sido bafejada pela sorte. Muito do seu património transformado em alojamento local proveio de doações.

“Temos muito património para gerir, património que algumas pessoas nos deixam. Por exemplo, a casa onde vamos fazer os dois apartamentos é uma casa doada no ano passado”, afirma e, defendendo que “os micalenses são generosos”, conta um caso exemplar disso mesmo: “Nós recebemos dos Estados Unidos, de um neto de um emigrante, nos últimos dois anos, 350 mil dólares. Ele cumpriu o desejo do pai. O mais interessante é que um senhor que nasceu nos Estados Unidos, que tinha um clube lá, disse que quando fechassem o clube, parte dos fundos fossem para doar à Mãe de Deus. Então, decidimos que parte do dinheiro doado devia ser para criar um fundo com o nome deste patrono. Ainda não o anunciámos, mas já alocámos ao fundo 150 mil euros que será para apoiar crianças, jovens e adultos com necessidades através de bolsas de estudo”.

Por todas estas razões, mas não só, o responsável pela instituição assegura que a situação financeira da casa é “robusta”.

“Podemos dizer que devemos ser das únicas instituições sociais dos Açores com alguma robustez financeira. E temo-la fruto da gestão rigorosa que fazemos. Ao longo do tempo, fomos sempre tendo muitas ajudas, fomos gerindo da melhor forma o património e temos também as ajudas do Estado. A gestão criteriosa e as ajudas que recebemos têm-nos dado uma certa robustez e, por isso, temos avançado com diversos projetos. Caso contrário, não tínhamos essa

possibilidade. Podemos afirmar que somos uma instituição financeiramente sã”, afirma, com agrado, José Rodrigues.

No entanto, a disrupção provocada pela pandemia de Covid-19, abrandou, seguramente, o fluxo financeiro proveniente dos alojamentos locais, pela quebra no turismo, mas não foi o único desafio que colocou à Mãe de Deus.

“A Covid-19 afetou de uma forma que ninguém estava à espera, porque ninguém estava preparado para este tipo de situação. No entanto, todos os funcionários perceberam o desafio que estava à frente e todos trabalharam e apresentaram-se de uma forma muito responsável”, começa por dizer Dário Vaz, realçando que “foi um período difícil”, porque “tivemos que nos adaptar e não tínhamos os meios para o fazer, porque trabalhamos com crianças e jovens e houve, por exemplo, a interrupção das aulas presenciais”.

O ensino passou a ser à distância e a instituição não tinha os equipamentos informáticos necessários.

“O principal desafio foi na parte do acolhimento, manter os miúdos protegidos, fechados e ocupados aqui dentro e durante muito tempo. Depois, a questão do ensino à distância não foi fácil, até para os funcionários que tiveram que dar mais apoio. Este foi um grande desafio, para além do aumento de custos”.

No entanto, como atalha José Rodrigues, a instituição teve ajudas preciosas: “Tivemos apoios do Governo Regional e da própria Câmara e foram rápidos na resposta, o que foi bom”.

“Essas entidades perceberam a situação e foi um apoio importante, em equipamento informático, produtos de higiene e proteção e ainda apoios extra para fazer face a outros custos, como o dos recursos humanos. Tivemos que fazer equipas-espelho. Felizmente, conseguimos com que o vírus não entrasse na instituição. Nunca houve nenhum surto, tivemos casos, mas não surtos”, congratula-se Dário Vaz, acrescentando: “Mesmo nos casos positivos de funcionários, nunca houve transmissão na instituição, muito pela responsabilidade dos funcionários”.

Para José Rodrigues, “é curioso que, na primeira vaga, que não se conhecia de nada, não tivemos absolutamente nada, nem se ouvia falar de casos relacionados com Covid, já depois houve alguns casos com funcionários, mas dentro da instituição nunca tivemos nada”.

E como seria Ponta Delgada sem a Mãe de Deus?

“Não sei se seria melhor ou se seria pior, mas julgo que seria pior. Somos uma instituição de referência e já ajudámos muita gente. Nos últimos 20 anos passaram por aqui 500 crianças, conseguimos adoção para cerca de 100 delas. Se não houvesse, hipoteticamente, a Mãe de Deus essas crianças teriam sido canalizadas não sei para onde e não teriam sido adotadas como foram. É preciso vincar que procuramos, em primeiro lugar, que as crianças voltem para as famílias de base, mas quando isso não é possível temos que encontrar um caminho alternativo, que passa pela adoção ou pela autonomização. E a adoção tem sido, de certa forma, bem-sucedida porque, de 500 crianças, 20% foram adotadas”, responde, satisfeito, José Rodrigues.

CÁRITAS DIOCESANA DE COIMBRA

Acolhimento institucional em debate dia 19 de novembro

A área de intervenção «Crianças e Famílias em Risco/Perigo», que contempla três respostas sociais da Cáritas Diocesana de Coimbra – Comunidade de Inserção Renascer, Lar de Jovens de Santa Maria de Semide e Centro de Acolhimento Temporário Nossa Senhora dos Milagres –, está a promover o 3º evento do ciclo de Tertúlias Time-Out.

Sob o tema «Acolhimento Institucional: como (sobre)viver e intervir em época de pandemia», a sessão será online no dia 19 de novembro, com início às 14h30.

As três respostas da Cáritas de Coimbra pretendem que este encontro seja um momento de partilha, reflexão e debate sobre o impacto (desafios, potencialidades e constrangimentos) da pandemia na readaptação e reestruturação das respostas sociais, na gestão emocional das equipas de trabalho e nas dinâmicas individuais e familiares diretamente relacionadas com a população acolhida em instituição.

Outro dos propósitos da iniciativa é que seja repensada a intervenção com crianças,

jovens e famílias numa perspetiva integrada e abrangente, que acompanhe a transformação da realidade das diferentes problemáticas e do mundo atual, tendo como destinatários todas as entidades, serviços, equipamentos e particulares com interesse pela temática.

O webinar será moderado por Sofia Borges (Chefe do Gabinete da Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade) e dinamizado pelos oradores convidados: Rosário Farmhouse (presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens), Carlos Braz Saraiva (médico psiquiatra) e Daniel Cotrim (Supervisor Técnico da rede nacional de casas abrigo para mulheres e crianças vítimas de violência da APAV).

Os interessados em participar poderão fazer a sua inscrição gratuita através do formulário <https://forms.office.com/r/Vb4xsxSrwf>. No final da sessão serão enviados certificados de participação aos inscritos.



PRÉMIO BPI SOLIDÁRIO

Projetos de inclusão de migrantes, de capacitação de jovens e de reinserção social recebem apoio de 700 mil euros

A 6ª edição do Prémio BPI Solidário atribuiu 700 mil euros a 24 projetos de instituições sociais. As candidaturas vencedoras receberam em média 29 mil euros e vão apoiar 5.000 pessoas em situação de vulnerabilidade.

A iniciativa recebeu 114 candidaturas, que foram objeto de uma avaliação objetiva dos projetos e das linhas prioritárias estabelecidas.

Entre as candidaturas vencedoras encontram-se programas destinados a apoiar os mais diversos grupos em situação vulnerável: capacitação e empreendedorismo dirigido a mulheres migrantes; criação ou ampliação de negócios solidários; reintegração laboral de pessoas com mais de 50 anos; capacitação de jovens NEET (não trabalham, não estudam nem seguem uma formação); programa educativo tecnológico que desafia reclusos a desenvolverem aplicações para smartphones ou tablets; acesso gratuito a apoio psicossocial, alimentar e de saúde; entre outros.

Os projetos distinguidos pretendem dar respostas sociais a necessidades prementes, nomeadamente: melhorar a empregabilidade e apoiar os processos de inserção sociolaboral

de pessoas vulneráveis, promover a gestão da diversidade e a mediação comunitária, assegurar o acesso a bens e serviços básicos, dinamizar a atenção psicossocial e a capacitação no contexto familiar e comunitário, facilitar o acompanhamento de pessoas sem-abrigo no âmbito do seu processo de início de inclusão social, entre outros.

O Prémio BPI Solidário resulta de uma iniciativa conjunta do banco e da Fundação «la Caixa» e apoia o trabalho de entidades do terceiro sector, através do financiamento de projetos destinados a facilitar o desenvolvimento integral e o processo de inclusão social das pessoas em situação de vulnerabilidade, potenciando as suas capacidades e favorecendo a igualdade de oportunidades.

Os projetos distinguidos no Prémio BPI Solidário 2021 são das seguintes 24 instituições: AC - Associação Cuidadores, melhorar a vida de quem cuida; Ad Gentes - Associação Leigos Missionários da Consolata; AI9 PT - Associação Portuguesa para a Inovação e Empreendedorismo Social e Digital; Amanhecer Esperança - Associação; Associação A4 - Acolher, Aceitar, Agir, Adaptar; Associação Ares do Pinhal;



Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe; Associação d'Novo; Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal; Associação Social Recreativa Cultural Bem Fazer Vai Avante; Associação Terra dos Sonhos; BADL - Bairros Associação de Desenvolvimento Local; Banco Alimentar Contra a Fome do Algarve; CDI Portugal; Comunidade Hindu de Portugal; Comunidade Vida e Paz; CONFIAR - Associação de Fraternidade Prisional - Portugal; Cozinha com Alma; CRESCER; IDIS - Instituto de Desenvolvimento e Inclusão Social; Mundo A Sorrir - Associação de Médicos Dentistas Solidários; Oikos; Santa Casa da Misericórdia de Sintra; e Youth Coop.

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE COIMBRA

Instituição decreta outubro o Mês da Paralisia Cerebral

Aproveitando a convergência no mês de outubro do Dia Mundial e do Dia Nacional da Paralisia Cerebral, o passado dia 6 e o próximo dia 20, respetivamente, a Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra (APCC) vai fazer deste o «Mês da Paralisia Cerebral».

E, pegando no mote deste ano que serviu de base ao Dia Mundial («Milhões de motivos»), a APCC lançou o desafio a toda comunidade a encontrar motivos para falar de paralisia cerebral, “na certeza de que cada pessoa que vive com paralisia cerebral é um motivo para lutar por mudanças”.

A iniciativa arrancou, precisamente, no dia 6 de outubro e os interessados têm até ao final do mês para enviarem frases com os motivos de cada um para se manifestar neste Mês da Paralisia Cerebral.

Podem ser reflexões, experiências, memórias, reivindicações ou quaisquer outras formas que cada um escolha para partilhar. E podem ser de pessoas com paralisia cerebral, familiares, amigos, profissionais da área ou de qualquer outra pessoa ou entidade que queira, simplesmente, juntar-se a esta iniciativa por uma sociedade mais inclusiva.

A participação pode ser feita online, através de um formulário disponibilizado no site da APCC (www.apc-coimbra.org.pt), por mensagem direta na página de Facebook (www.facebook.com/APCCoimbra) ou por e-mail informacao@apc-coimbra.pt. Também poderá ser feita presencialmente, no Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral de Coimbra (Vale das Flores) e na Quinta da Conraria.

As frases recebidas ou entregues presencialmente serão depois tornadas públicas, através dos meios próprios de divulgação da APCC, acompanhadas do nome dos autores, sempre que o mesmo seja indicado. Nas redes sociais, o Mês da Paralisia Cerebral poderá ser acompanhado através das hashtags #mesPC e #milhoesdemotivos.

COM ASAS NOS PÉS

Por outro lado, a APCC proporcionou a cerca de 10 crianças e jovens entre os 4 e os 13 anos, utentes de várias respostas da instituição a primeira experiência das sensações de correr numa tricicleta, durante o evento «Corro com Asas nos Pés», que decorreu na pista de atletismo do Estádio Cidade de Coimbra.

Ao longo de toda a manhã, sucederam-se as corridas e os sprints, com os participantes a encontrarem a melhor forma de correr na tricicleta (nome do veículo), mas também de uma disciplina em que se corre com os pés, sentado num equipamento com três rodas e três apoios.

Sempre atentos e prontos a prestar todo o apoio necessário, profissionais de diferentes

áreas na APCC, em particular do Departamento de Educação Física e Desporto, entre os quais a atual selecionadora nacional da disciplina, Ana Nunes, asseguraram o acompanhamento técnico.

No final, foi unânime a opinião de que, além dos benefícios a nível motor, psicológico e social, esta é também uma atividade desportiva muito divertida, em particular para os mais pequenos.

Proporcionar essa descoberta era, aliás, um dos objetivos da iniciativa, enquadrada no projeto europeu «RunFree», bem como a identificação de potenciais novos atletas.

A saber, a tricicleta é uma vertente do atletismo adaptado dirigida a pessoas com paralisia cerebral e deficiências motoras que afetem o movimento ou o equilíbrio, que se desloquem em cadeira de rodas ou que não tenham uma corrida funcional a pé.

O projeto «RunFree: RaceRunning – Speed and Freedom for All» – em que a APCC tem como parceiras entidades da Alemanha, Dinamarca e Escócia e a principal associação internacional de desporto para pessoas com paralisia cerebral – pretende projetar a tricicleta como um dos desportos ou atividades recreativas com mais praticantes em todo o mundo.



XIV FESTA DA SOLIDARIEDADE – AÇORES 2021

Um sucesso e um grande momento de solidariedade entre IPSS

A XIV Festa da Solidariedade – Açores 2021 levou até ao arquipélago das nove ilhas o espírito solidário das IPSS portuguesas, em mais uma demonstração de união e comunhão entre todas.

Como costuma dizer o presidente da CNIS, padre Lino Maia, que por razões pessoais não pôde marcar presença na iniciativa, o espírito solidário das IPSS está presente “desde a aldeia mais recôndita do Nordeste Transmontano até à ilha mais ocidental do arquipélago dos Açores, a Ilha das Flores”.

E foi isso mesmo que a Festa da Solidariedade provou, mais uma vez, pois, ao longo de quatro dias, com a presença de muitos dirigentes de instituições do Continente e da Madeira e, claro, de dirigentes, trabalhadores e utentes das IPSS açorianas (em especial, das ilhas Terceira e S. Miguel), houve celebração, partilha de conhecimento e experiências e mais uma grande demonstração do grande trabalho que as instituições associadas da CNIS fazem em prol dos outros, especialmente dos mais desfavorecidos.

“É um grande orgulho para nós sermos os



mordomos da XIV Festa da Solidariedade”, referiu amiúde João Canedo, presidente da União Regional das IPSS dos Açores (URIPSSA), estrutura que, com a CNIS, organizou o evento.

A dispersão das instituições pelas nove ilhas do arquipélago obrigou a que o evento, em 2021, tivesse um formato ligeiramente diferente daquele que tem sido habitual ao longo dos anos anteriores, mas mesmo assim, segundo Eleutério Alves, vice-presidente da CNIS, “a Festa foi um sucesso”.

“Foi um grande momento de solidariedade

entre as instituições do Continente e as dos Açores. Através da Festa foi possível criar uma maior comunhão e aproximação entre as IPSS açorianas, que por estarem espalhadas por nove ilhas nem sempre é possível”, referiu, sublinhando: “E serviu ainda para dar a conhecer ao Governo Regional o tudo de bom que as instituições açorianas fazem e para deixar portas abertas para as IPSS e o Governo Regional aprofundarem a cooperação”.

A Chama da Solidariedade foi, inicialmente, acesa na Praia da Vitória, onde está sedeada a URIPSSA, iluminou depois Angra do Heroísmo, seguindo, por fim, para Ponta Delgada, onde aqueceu a maior cidade da ilha de S. Miguel.

Como referiu José Carlos Batalha, presidente da Mesa da Assembleia Geral da CNIS, sobre o significado da flama solidária, “esta Chama, símbolo que aqui nos une e que une todas as instituições da CNIS, quer reafirmar a alegria de viver este compromisso da solidariedade com o mundo que nos rodeia”.

E assim foi e assim se pretende para o futuro.

MODERNIDADE | EFICÁCIA | PRODUTIVIDADE



✓
ELEVADO
NÍVEL DE
SATISFAÇÃO
DE CLIENTES

✓
SERVIÇOS DE
FORMAÇÃO E
CONSULTORIA TI,
EM TODO O PAÍS

✓
APOIO
ESPECIALIZADO
AOS UTILIZADORES
DO SOFTWARE F3M

SOLUÇÕES
TECNOLÓGICAS
ESPECÍFICAS PARA A
ECONOMIA SOCIAL E
UNIDADES DE SAÚDE



CONHEÇA AS MAIS
RECENTES SOLUÇÕES
F3M 100% WEB

Acordo com a CNIS, parceria com 18 Uniões Distritais de IPSSs e acordo com a REDEMUT.

XIV FESTA DA SOLIDARIEDADE – AÇORES 2021

Governo Regional acolhe sugestões da CNIS para aprofundamento da relação com as IPSS

A sessão de encerramento da XIV Festa da Solidariedade – Açores 2021 contou com a presença do presidente do Governo Regional dos Açores, José Manuel Bolieiro, que na sua intervenção se mostrou bastante disponível para um aprofundar da cooperação entre o executivo e as IPSS regionais.

José Manuel Bolieiro defendeu que o Governo Regional é “muito sensível à lógica contratualista de responsabilidade e partilha” entre o executivo e as instituições sociais, salientando: “O nosso modelo de contratualização será feito de forma transparente, equitativa e criteriosa. Por isso importa definir um valor-padrão que ajude a objetivar na medida do possível esta relação solidária financeira com as IPSS”.

O presidente do Governo Regional dos Açores manifestou a disponibilidade do executivo para apoiar as instituições sociais “de forma excepcional”, para que haja um aumento de salários, em especial pela solução nacional para o salário mínimo, no âmbito da pandemia de Covid-19, e salientou que o Estado não pode, “em circunstância alguma”, ser “indiferente” ao papel e à intervenção das IPSS, que “substituem a responsabilidade social do Estado como verdadeiros parceiros” e “dão de si sem pensar em si, em benefício da comunidade e complementando o papel do Estado”.

Por isso, o governante foi taxativo: “É nosso entendimento de que sois parceiros. Parceiros que dão corpo tantas vezes a pensar mais nos outros do que em si próprios, quer na dedicação generosa voluntariosa do dirigismo, quer naqueles que são profissionais, tantas vezes mal remunerados e, apesar disso, muito voluntariosos no brio e na dedicação profissional para servir bem o bem fazer aos outros”.

Mas logo no arranque da sua intervenção, José Manuel Bolieiro respondeu afirmativamente a “duas sugestões” feitas, momentos antes, pelo vice-presidente da CNIS.

Sugeriu Eleutério Alves ao Governo Regional que, à semelhança do que faz o Estado Central com a CNIS, “apoiasse as entidades representativas das instituições, no caso a URIPSSA, para terem uma maior qualidade na relação com as IPSS, para que não haja instituições que se sintam sozinhas” e ainda “que a Direção Regional da Solidariedade Social crie uma Comissão Regional de Cooperação para, em conjunto, se discutir e preparar a intervenção social”.

“Em nome do Governo Regional, começo por responder afirmativamente às sugestões que o dr. Eleutério Alves deixou aqui para o Governo na sua relação com as IPSS”, afirmou José Manuel Bolieiro.

No seu discurso, em que começou por deixar um abraço do presidente da CNIS, ausente por razões pessoais, a todos os açorianos, Eleutério Alves prosseguiu, afirmando que, levar a Festa da Solidariedade até ao arquipélago,



“não é um favor que a CNIS fez aos Açores, mas é um ato merecido pelo trabalho da URIPSSA, das instituições e do Governo Regional”, lembrando que, por serem nove ilhas, “não foi fácil preparar a Festa, mas com a inteligência do João Canedo foi possível encontrar um formato adequado”.

“Valeu a pena. Valeu mesmo a pena”, asseverou o vice-presidente da CNIS, acrescentando: “A Festa e a Chama é o símbolo da solidariedade, fraternidade e caridade, de que tanto precisamos e as nossas instituições tanto praticam. Por isso, o objetivo é o de criar um espaço de partilha de conhecimento e de boas práticas, o que é facilitado pela presença física”.

Sublinhando que “o voluntariado é o que mais enriquece a nossa missão”, Eleutério Alves lembrou que “as IPSS não são instituições públicas, mas praticam diariamente serviço público”.

“Hoje é o nosso tempo para dar mais dignidade às pessoas”, sustentou, dirigindo depois um sentido agradecimento à URIPSSA “pelo sucesso da Festa”, mas também às autarquias que a acolheram e ao Governo Regional, que marcou presença nos quatro dias do evento, sempre representado ao mais alto nível.

“É por vós [IPSS] e pelos utentes que a CNIS e a URIPSSA organizaram esta Festa”, afirmou, frisando: “Fazer o bem bem feito é a nossa missão, por isso considerem-se todos convocados a participar nesta nobre missão”.

Em representação da autarquia de Ponta Delgada, o vereador Paulo Mendes destacou “a importância das IPSS no nosso desenvolvimento coletivo e podem continuar a contar connosco”, deixando um desafio às instituições: “A realidade social está cada vez mais complexa, por isso quero desafiar as IPSS a apostarem na inovação das suas respostas à comunidade”.

Antes, ao abrir o último dia da Festa da Solidariedade nos Açores, João Canedo



reafirmou “que somente em parceria, mas uma parceria responsável e ativa, é que podemos ir ao encontro das necessidades da nossa comunidade e deixarmos de ser uma das regiões mais pobres da União Europeia”, sublinhando: “Ao não termos instituições sustentáveis e saudáveis não conseguimos efetuar um trabalho de qualidade, sendo o tema da sustentabilidade de extrema relevância para todos nós”.

Defendendo que “um dos desafios mais importantes das IPSS na atualidade e num futuro próximo” é o continuarem a reinventar-se e adaptar-se à atualidade, “arranjando parcerias e outras fontes de rendimentos” e nestas “estão incluídas as parcerias entre IPSS”.

“Não podemos estar de costas voltadas umas para as outras, temos de comunicar e encontrar soluções para colmatarmos as nossas necessidades e isso só podemos fazer com uma boa comunicação, profissionalismo, humanismo e parcerias ativas”, rematou o líder da URIPSSA.

A Festa e Chama da Solidariedade voltam em 2022 para mais uma celebração do espírito solidário dos portugueses.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

Quatro dias de convívio, partilha de

Duas ilhas (de nove), três cidades, quatro dias de Festa da Solidariedade nos Açores. Este foi o fado da Chama da Solidariedade 2021, que iluminou o convívio e a partilha de experiência, de boas práticas e de conhecimento entre as instituições, o poder político e a banca, mas também espalhou o espírito solidário junto das populações por onde passou. Os Açores honraram o espírito da Festa de forma brilhante, com a Chama a levar ao arquipélago o calor solidário das instituições continentais.

Na manhã de 6 de outubro, na Praia da Vitória, Ilha Terceira, era acesa a Chama da Solidariedade e, assim, começava a XIV Festa da Solidariedade – Açores 2021.

Eleutério Alves, vice-presidente da CNIS, entregou, então, o facho solidário ao presidente da URIPSSA, João Canedo, e dava-se início ao evento que deveria ter acontecido em 2020, mas que a pandemia de Covid-19 não permitiu.

Junto à baía da Praia da Vitória reuniram-se diversos dirigentes, trabalhadores e utentes de diversas instituições do concelho praiense e ainda alguns dirigentes de várias uniões distritais do Continente que, numa caminhada pelo centro da cidade, levaram a luz e o calor da flama solidária junto da população local.

O primeiro dia da iniciativa organizada pela CNIS e levada para o terreno pela URIPSSA tinha na agenda como segundo ponto alto a realização de uma conferência sobre Economia Social.

A conferência, para além dos preletores, contou, no final com a presença do vice-presidente do Governo Regional dos Açores, Artur Lima, que tem na sua alçada a pasta da Segurança Social, e que transmitiu aos presentes algumas intenções do executivo no que toca à cooperação com as IPSS, mas não só.

Artur Lima começou por afirmar que o protocolo de cooperação para o biénio 2021-2022 terá em consideração as necessidades “mais prementes” das IPSS e misericórdias.

“O acordo-base para o biénio 2021-2022, cujo processo negocial se encontra a decorrer, será desenvolvido em consonância com as necessidades mais prementes das IPSS e Misericórdias. Muito em breve o processo negocial estará concluído e, então, estarão reunidas as condições para assinar o novo acordo, que fará uma atualização responsável dos valores-padrão das respostas sociais, designadamente para as Estruturas Residenciais Para Idosos”, sublinhou o vice-presidente, tendo acrescentado: “Não queremos instituições de mão estendida, mas que sejam nossas parceiras. E queremos parceiros ativos, com corpos técnicos competentes e que apostem na diversificação das fontes de receita”.

“Se, por um lado, o Governo transfere para as IPSS a responsabilidade pública de prestar o serviço aos utentes, com o correspondente apoio financeiro, por outro lado, caberá ao Governo verificar o cumprimento dos deveres e das obrigações das IPSS”, destacando que “é este o modelo de responsabilização que faz sentido e que valoriza a prática diária das IPSS”.



Artur Lima deixou ainda um desafio: “Que todas as IPSS e os açorianos participem e se envolvam nas iniciativas da Festa da Solidariedade, refletindo sobre os problemas e os desafios da comunidade e que este momento sirva para mostrar o que se faz de bem nos Açores na área social”.

Isto, aliás, era um dos três grandes objetivos que a URIPSSA se propôs atingir quando delineou o programa da XIV Festa da Solidariedade.

“Queremos mostrar à nossa comunidade quantos somos e o excelente trabalho que as instituições efetuam nos Açores”, disse João Canedo, presidente da União Regional açoriana, na sessão de abertura, que decorreu no Auditório do Ramo Grande.

Para além deste, a URIPSSA propôs-se alcançar ainda outros dois desideratos ao longo dos quatro dias de Festa, tanto na Terceira como em S. Miguel, e que João Canedo fez questão de dar a conhecer na esperança que se concretizassem.

“Em primeiro plano, que seja uma festa onde exista um convívio saudável entre todos os intervenientes das instituições, desde direções, trabalhadores, voluntários e utentes, para que se conheçam e que possam trocar experiências, ideias sobre o seu trabalho e, principalmente, se divirtam e esqueçam estes 17 meses de confinamento que nos obrigaram a mudar o nosso modo de vida e de atuação”, destacou, sublinhando que, por fim, “não menos importante, falarmos sobre temas que achamos ser da maior relevância para as dinâmicas das IPSS, desde parcerias com Governo Regional, Municípios, banca e empresas públicas e privadas, mas também entre as IPSS”.

De seguida, os intervenientes na Conferência sobre Economia Social tomaram o palco e seguiram-se um par de horas de partilha de conhecimento.

Sob moderação de Joaquim Ponte, dirigente da Irmandade do Livramento, Anabela Borba,

presidente da Cáritas dos Açores, debruçou-se sobre o tema «O papel das IPSS na atualidade, desafios».

Numa longa intervenção, a dirigente começou por dizer que “as IPSS desempenham um papel fulcral na nossa sociedade”, em que “o Estado recorre à participação das IPSS para a prestação de serviços sociais, que não realiza por si só, financiando as suas atividades”.

No entanto, para Anabela Borba, “as IPSS sentem-se, muitas vezes, menosprezadas pelo Estado”, mas “é absolutamente fulcral que Estado e IPSS se relacionem de forma sadia, constante e corresponsável”.

Sendo a IPSS “uma organização sem fins lucrativos, só poderá ter sucesso na sua missão social quando se verifica a existência de três critérios: oportunidades e capacidade de adaptação e inovação; compromisso, ou seja, objetivos; e competência na liderança e na mobilização de recursos”, sustentou, justificando com o facto de as instituições terem “o problema dramático de terem grande dependência financeira do Estado”.

De seguida, a presidente da Cáritas enumerou aqueles que considera serem os “grandes desafios” que as IPSS têm pela frente.

“O grande desafio à atuação das IPSS é, pois, continuarem a responder às necessidades sociais, às antigas, mas também às novas, numa situação de escassos recursos e em viabilidade económica”, defendeu, enumerando alguns outros desafios: “A falta de voluntários”, sejam dirigentes ou para apoio nas respostas sociais; “a necessidade de adequação das intervenções e visão estratégica à realidade cultural, económica, demográfica e social” da comunidade; fortalecer “a cooperação e complementaridade entre instituições”; lançar um olhar atento à situação profissional dos corpos técnicos, para se conseguir uma maior estabilização

e saberes e de espírito solidário

dos quadros de pessoal”.

Por fim, Anabela Borba sublinhou a necessidade de “adequação da atuação das IPSS às novas necessidades sociais”, argumentando que as instituições ainda estão muito formatadas para responder às necessidades antigas, sendo que o grande desafio é saber “como responder hoje aos novos pobres”.

“O trabalhar com estas novas formas de pobreza constitui-se como um verdadeiro desafio e implica novos conhecimentos, novos voluntários, etc. e muito empenho de todos”, defendeu.

Por seu turno, Andreia Vasconcelos, diretora Regional da Solidariedade Social, afirmou, logo de início, que, “para o Governo, as pessoas estão sempre em primeiro”, lembrando que “os Açores são uma região marcada pelas desigualdades na distribuição de recursos e de oportunidades que têm como consequência os últimos lugares ao nível da coesão económica e no maior risco de pobreza a nível nacional”.

Assim, “perante esta realidade, os Açores estão confrontados com a necessidade de responder eficazmente à pobreza e à exclusão social, ao desafio demográfico e ao envelhecimento progressivo das nossas populações, para que possamos percorrer um caminho de verdadeiro desenvolvimento sustentável”, afirmou, defendendo a “atuação em rede com as entidades do sector social, IPSS e misericórdias”, assente numa política de “parceria estratégica”.

Nesse sentido, para Andreia Vasconcelos, é prioritário “revitalizar e operacionalizar o Conselho Regional da Segurança Social dos Açores, com o objetivo de aprofundar a participação das IPSS e misericórdias na definição, desenvolvimento, acompanhamento e monitorização das políticas sociais regionais”, mas também “desenvolver e apoiar programas de formação dos trabalhadores da Segurança Social, das IPSS e das misericórdias com vista à sua qualificação e adequação às novas solicitações e necessidades sociais”.

A finalizar, a diretora Regional da Solidariedade Social lançou um repto a todos os agentes da ação social: “Todos juntos, devemos assumir a nossa responsabilidade comum em benefício dos Açores, colocando as pessoas no centro da ação política”.

A conferência contou ainda com as participações e Fernando Amaro, do Banco Montepio, e Miguel von Hafe, do Santander, que apresentaram os respetivos departamentos dedicados à Economia Social, para além de alguns produtos e serviços específicos para as IPSS.

ANGRA DO HEROÍSMO

Ao segundo dia nos Açores, a Chama da Solidariedade viajou da Praia da Vitória até Angra do Heroísmo, onde na Praça Velha algumas instituições angrenses apresentaram à população o seu trabalho diário, através de painéis ilustrativos, mas também de uma série de produtos produzidos nas mesmas.

Destaque para a representação da Confederação Operária Terceirense sobre violência doméstica, nos degraus da escadaria de acesso à secular Sé

Catedral de Angra do Heroísmo. Dezenas de pares de sapatos homenageavam e lembravam as muitas mulheres, mas também crianças, vítimas de violência doméstica, sendo que este crime não tem género.

Após um, vespertino, momento musical, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, a comitiva da Chama da Solidariedade despediu-se da Ilha Terceira, numa sessão institucional em que se trocaram elogios e se endereçaram agradecimentos e que voltou a contar com a presença do vice-presidente do Governo Regional dos Açores, Artur Lima.

“Esta Chama, este símbolo que aqui nos une e que une todas as instituições da CNIS quer reafirmar a alegria de viver este compromisso da solidariedade com o mundo que nos rodeia”, começou por dizer José Carlos Batalha, presidente da Mesa da Assembleia Geral da CNIS, acrescentando: “Esta é a luz fundamental, um sinal de esperança e de aprofundamento contínuo dos sempre novos caminhos que a solidariedade nos suscita diariamente”.

“Daqui destas terras rodeadas pelo oceano, pelo mar destino e apelo ao sonho e à evasão, por horizontes feitos de partidas e de regressos de um mar de esperança, de condição social, de relação espiritual queremos mostrar ao mundo e ao país este símbolo de encontro, de consequências, de altruísmo, de partilha que dá sentido à vida”, disse, sublinhando: “Este é um sinal de vida, das vidas que todos os dias cuidamos no dia a dia das nossas instituições”.

A terminar, José Carlos Batalha, em jeito de agradecimento pelo acolhimento à Chama, desejou “que esta Angra, que é porto seguro, dê a este país, a este mundo, o Heroísmo de tornar a solidariedade Património Mundial da Humanidade”.

Alamo de Meneses, edil da cidade mais antiga do arquipélago, agradeceu a presença de todos, dizendo que “o Município tem muito agrado em receber a Chama da Solidariedade”, pois “a sua vinda a Angra é uma espécie de celebração desse aspeto identitário da população desta ilha, marcadamente solidário”.

Por seu turno, Artur Lima afirmou que “a presença da Chama da Solidariedade nos Açores é o exemplo solidário nacional de que cada vez mais temos que aprofundar a cooperação entre as instituições do Continente e das Ilhas”, frisando: “A cooperação é o exemplo que a Chama trouxe, pois ela acontece pela cooperação estreita com o poder nacional, o poder regional, o poder autárquico e as instituições. Daqui sai que a cooperação entre todos nós é uma mais-valia”.

Já o presidente da URIPSSA optou por lançar um repto: “Temos que pensar em parcerias entre as IPSS, não podemos continuar de costas voltadas. A Festa serve também para nos conhecermos melhor uns aos outros e sabermos também dos problemas e desafios que cada uma enfrenta”.

PONTA DELGADA

E ao terceiro dia, a Chama chegou a Ponta Delgada, na Ilha de S. Miguel. Na Praça de S.

Francisco, junto à famosa Igreja do Santo Cristo, decorreram dois momentos musicais, intervalados por um almoço solidário. E este, para além de alimentar todos os participantes na Festa, onde estavam expostos alguns painéis ilustrativos da atividade de algumas instituições locais, alimentou ainda uma série de gente desvalida da vida, na maioria jovens, que também eles naquele dia sentiram o calor da Chama da Solidariedade.

E chegava o dia 9 de outubro, quarto e último dia da Festa da Solidariedade 2021.

A manhã no Conservatório Regional de Ponta Delgada foi ocupada com a replicação da Conferência sobre Economia Social e a sessão de encerramento que contou com a presença do presidente do Governo Regional dos Açores, José Manuel Bolieiro [ver página 11].

Moderada por Noé Rodrigues, do Lar Luís Soares de Sousa, a conferência contou, para além da diretora Regional da Solidariedade Social e dos representantes do Santander e Banco Montepio, com Dário Vaz, da Mãe de Deus, e a socióloga Piedade Lalanda.

Dário Vaz, após uma abordagem ao tema «A sustentabilidade das IPSS», identificou algumas vantagens do atual modelo de financiamento das IPSS nos Açores, como “a autonomia na gestão dos recursos”, “o maior equilíbrio do financiamento das IPSS como o mesmo tipo de resposta social” ou a obrigação de terem “uma gestão mais eficiente”.

Mas o diretor de serviços da Mãe de Deus também referiu algumas desvantagens, como “os valores base no momento da transição não refletirem o custo real” ou “o modelo não tem em conta as especificidades de algumas respostas”.

Por fim, Dário Vaz partilhou algumas das suas estratégias haver sustentabilidade financeira nas IPSS: “Gestão empresarial com vista à redução de custos e aumento das receitas; profissionalização dos quadros dirigentes; identificação de novas necessidades sociais e criação de novos serviços, diversificação das fontes de receita; ou aposta na formação dos recursos humanos; entre outras”.

Também Piedade Lalanda se debruçou sobre o tema da sustentabilidade, lembrando que “a gestão tem que ser rigorosa”.

“Para servirem melhor a população, para além da parceria com o Estado, as IPSS devem fazer parcerias com entidades privadas”, argumentou, defendendo que “a diferença [entre IPSS e empresas] está na missão que desempenham, na proximidade descentralizada e o serem sem fins lucrativos”, mas “não estão proibidas de terem rentabilidade acrescida para reinvestirem nas respostas sociais”.

O investimento nas infraestruturas, a criação da Carta Social da rede de equipamentos, a gestão dos recursos humanos, a racionalização dos meios e dos recursos e o funcionamento em parceria e em cooperação com outras entidades locais são os grandes desafios que o Sector Social Solidário açoriano tem pela frente na opinião da socióloga.

Seguiu-se um momento musical e a sessão de encerramento da XIV Festa da Solidariedade – Açores 2021, cuja Chama aquecerá em 2022 mais um distrito de Portugal.

JOSÉ A. DA SILVA PENEDA
Economista



O Poder Local

Em 26 de setembro realizaram-se eleições para os órgãos do poder local.

Convém lembrar que estas eleições têm vindo a acontecer no nosso País como resultado de uma grande reforma de descentralização do poder central para os municípios, efetuada em 1976.

O resultado dessa reforma é claramente positivo. Nestes últimos 45 anos a mudança, no que respeita à Administração Local foi muito significativa e muito poucos serão os que não concordam que o País mudou para melhor, graças a capacidade que foi outorgada aos municípios nos planos político, técnico e financeiro.

É impressionante a comparação da evolução de alguns dados estatísticos sobre matérias que têm a ver com a atividade dos municípios nos últimos anos.

Em 1990, apenas 58% da população tinha acesso a água canalizada, enquanto em 2019 esse valor passou para 96%. Em 1994, apenas 31% das águas residuais urbanas eram objeto de tratamento, para ser de 86% em 2019.

A disseminação de equipamentos educativos e culturais pela malha urbana do território representa outra evolução impressionante. Os museus eram 99 em 1961, 333 em 1994 e 674 em 2014. Quanto a bibliotecas eram 89 em 1960, 735 em 1994 e 1018 em 2013).

A descentralização de poder para os municípios foi uma boa decisão e se a qualidade de vida em muitos centros urbanos do interior é hoje superior a outras partes do território, especialmente da Área Metropolitana de Lisboa, deve-se ao poder atribuído aos municípios.

Certo é que apesar da descentralização para o nível municipal ter dado excelentes resultados, o nosso País continua a ser dos mais centralizados da Europa.

Basta olhar para alguns indicadores como seja a comparação, com outros Estados Membros da União Europeia, entre as receitas afetadas à administração central e as que estão reservadas a outros escalões da administração. Em Portugal a administração local representa 12% da despesa pública total, valor que representa o sexto mais baixo entre os 28 países da União Europeia.

Há quem defenda que a descentralização se deve fazer transferindo competências para o nível municipal e esquecer a criação de regiões. A este respeito, a minha resposta é que ambas são precisas. O reforço das competências dos municípios é necessário mas não chega, porque

não resolve os problemas que ultrapassam as suas fronteiras. Há problemas tão vastos em extensão e tão profundos nas suas causas que exigem escala para a sua abordagem que não é de todo compatível com processos de associativismo municipal.

Os desequilíbrios regionais são uma questão persistente na sociedade portuguesa e, por isso, não faz qualquer sentido criar regiões na base da homogeneidade de características. Pelo contrário, só faz sentido a criação de regiões que alberguem no seu seio parcelas de território com graus de desenvolvimento distinto. Por outras palavras, regiões que abarquem o litoral e o interior.

A regionalização é partilha de poder. Há quem perca, o centro e a capital, e há quem ganhe, a periferia e os “provincianos”.

Se é verdade que as instituições do Estado não podem deixar de ser moldadas perante uma nova realidade caracterizada por mudanças que se sucedem a um ritmo que nunca foi experimentado na história do planeta e que, sendo muito exigente e complexa, não é de todo compatível com métodos e práticas ancestrais e de pendor demasiado centralizador, não sinto o atual poder político com capacidade e vontade para levar a cabo as

reformas necessárias para adaptar o modo de governar à realidade deste novo tempo.

Fundamento esta minha perceção na forma centralizada como os partidos políticos são geridos e, como consequência, apresentam-se cada vez mais fechados sobre si mesmos. Os conservadores estão, em larga maioria, nas cúpulas dos partidos políticos, que funcionam na base do controlo vertical das fidelidades aos “chefes”.

Porque não abunda na classe dirigente do País uma cultura reformadora, dinâmica e disposta a correr riscos é que receio que a regionalização continue a ser uma “história do faz de conta”. E é muito difícil tentar mobilizar vontades para alterar métodos e práticas que, em princípio, até podem ser reconhecidas como necessárias, mas que nunca vão em frente porque o custo associado à sua execução implica uma grande convicção quanto à sua utilidade e... fortes convicções é matéria-prima que rareia na classe política.

E tudo isto acontece quando é evidente o excelente resultado que a descentralização de poder para os municípios apresenta. Esta é uma das razões porque o País continua a crescer menos que outros que há bem pouco tempo estavam bem atrás de nós.



HENRIQUE RODRIGUES*Presidente do Centro Social de Ermesinde*

“...Até encostarmos o ouvido à morte. E ver seu nome de si, enfim, despido”

1 - Em 1977 – já lá vão 44 anos ... -, tive o prazer de editar uma antologia de poetas nascidos, residentes ou de outra forma ligados à Região do Porto – entre eles, Fernando Echevarría, recentemente falecido.

Foi por essa ocasião que conheci Fernando Echevarría - ao que recorde, em casa de Fernando Guimarães.

A colaboração de Echevarría constava de um conjunto de 5 sonetos, inéditos, sob a epígrafe “Da Arquitectura e do Urbanismo”, depois incluído no livro “Introdução à Filosofia”.

Esse conjunto veio somar-se às contribuições de Aida Santos, Aureliano Lima, Diogo Alcoforado, Fernando Guimarães, José Augusto Seabra, José Fernando Guimarães e Vasco Graça Moura, além da minha própria colaboração na referida antologia.

Tinha criado, com alguns amigos, uma associação cultural, “Exercício de Dizer”, no clima de entusiasmo e desanuviamento que se seguiu ao 25 de Abril de 1974 e da expectativa com que augurávamos o regresso à dinâmica cultural que tinha sido a marca do Porto desde o advento do liberalismo até ao Estado Novo, com a Renascença Portuguesa e Pascoaes.

(Fernando Echevarría e José Augusto Seabra tinham chegado pouco antes do exílio, onde participavam na Oposição ao regime até então vigente no nosso País.)

Foi essa associação que editou a referida antologia, a que se seguiu, em 1981, uma nova antologia, denominada Terra:Porto, também compendiando autores ligados ao Porto e seu espaço de influência, através de textos que tivessem o Porto como motivo expresso ou implícito.

Até então, conhecia mal a obra de Fernando Echevarría; mas, a partir do deslumbramento com que li esses textos, cedo a escrita desse autor me passou a constituir arrimo, quer do ponto de vista do estilo, quer de uma subtil elaboração retórica, passando a ser para mim um verdadeiro autor de culto.

Aliás, os meus mais persistentes leitores bem o sabem, já que me socorri inúmeras

vezes, nestas crónicas, de versos ou poemas de Echevarría para iluminarem, com um registo de leitura mais profunda, a forma mais canhestra de alguns passos da minha escrita. Ou, para utilizar uma formulação de Echevarría, para me ajudarem a marceneirar o meu próprio pensamento sobre os assuntos de quer trato.

Essa apropriação de alguns passos da escrita de Echevarría é particularmente reiterada quando escrevo sobre a morte, ou “Sobre os Mortos” – título do livro com o mais espantoso e sensível olhar sobre os mortos, e sobre a subsistência de sinais, ou manifestações, ou da nossa percepção deles, da presença dos mortos, dos nossos mortos, ou da sua memória, na nossa vida, ou na nossa sobrevivida – planos que com frequência se fundem, num registo que cruza a metafísica com o mundo das coisas, da realidade – e livro ao qual roubei os dois versos que constituem o título da crónica.

2 - Neste contexto da morte recente de Fernando Echevarría, vou recolher aos bastidores da escrita e deixar o espaço da crónica para homenagear o Autor, através de textos seus – que é sempre a melhor forma de homenagem um escritor.

Trata-se de deixar aos leitores desta crónica dois poemas de Echevarría:

um, a seu pai, incluído no referido livro “Sobre os Mortos”, e que constitui, de tudo o que li até hoje, a mais aproximada e sensível manifestação literária, traduzindo o olhar sobre o processo de envelhecimento e decaimento das pessoas que amamos;

outro, dedicado “Ao Senhor D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto”, também incluído no livro “Introdução à Filosofia” – em homenagem ao corajoso Bispo que ousou afrontar Salazar, na sequência da farsa da eleição presidencial de 1958, e que por isso foi também exilado, como o Poeta.

(Aliás, Echevarría acompanhou Humberto Delgado, que fora candidato nessa eleição de 1958, na oposição à ditadura, a partir do exílio.)

3 - Aqui ficam os dois poemas, “IN MEMORIAM a meu pai

Cada dia te víamos andando mais para dentro de ti mesmo. O tempo ia ficando parado à medida que o sangue, mais pequeno, circulava num espaço que já era seu próprio esquecimento. A certa altura, a placidez do campo lavrava o teu rosto. Que terreno era então ver-te olhando, como se o olhar e o fio do centeio fossem a luz do ano com nostalgia de parecer eterno. Foi essa a idade em que haver sido amado pelo pão, pelo vinho e pelo vento te trouxe a crestação com que o trabalho deu tez ao sonho, e honradez e peso a ficares assim, em paz sentado, marceneirando teu próprio pensamento. E, aos poucos, por ele madrugando, seguiste ainda mais por ele adentro, de forma que, hoje, nem te vemos. O halo onde foste mingando é só aceno de quem se foi pensando até ao outro lado de si mesmo.”

“Ao Senhor D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto

Lembre-nos Deus. Relâmpagos nos guarde até que a suspensão cesse, divina, no repente de sempre que só arde sem fim, e instante que se não termina.

E cesse a suspensão, que faz da árvore lugar que nos refresca e nos ensina a reter o repente em sombra pelo mármore e a circulação do sangue e da resina.

E, havendo assim cessado a suspensão, relâmpagos sejamos novamente, vibrando além de haver um coração

que seja sobretudo a sua mente. E seremos em Deus. Estar nele então é havermos sido sempre em seu presente.”

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS LAMEIRAS, VILA NOVA DE FAMALICÃO

A Casa Abrigo é uma confusão criada pela Segurança Social

Nasceu para regular a coabitação dos 2.200 novos moradores das Lameiras, mas rapidamente avançou para o apoio social. Ao longo dos 37 anos de existência, a Associação de Moradores das Lameiras cresceu, diversificou as respostas sociais e “hoje é uma instituição de referência a nível nacional”. Neste crescimento sustentado que tem feito, a instituição tem o grande lamento e desilusão com o imbróglio criado em torno da Casa Abrigo, que a instituição criou há 13 anos e que continua a dar prejuízo, sem que a Segurança Social ponha fim à “confusão” que criou.

A AML – Associação de Moradores das Lameiras nasceu em 1984, no Complexo Habitacional das Lameiras, na freguesia de Antas, cidade de Vila Nova de Famalicão.

“Quando viemos para o Bairro das Lameiras éramos 2.200 pessoas e éramos todos jovens. É um quarteirão enorme, tem 290 apartamentos e 30 lojas”, começa por dizer Jorge Faria, presidente da instituição, que ao longo do tempo se foi expandindo, criando as antigas instalações do Centro Social e Comunitário da própria AML, no rés-do-chão de dois blocos habitacionais. Já em 2003 é inaugurado o novo equipamento do Centro Social e Comunitário, alargando a instituição o número de respostas. Mais tarde seria criado o «Espaço Social, Desportivo e Cultural da AML».

Instaladas as 2.200 pessoas, era necessário dar alguma ordem à casa e, aquando da criação da AML, o primeiro objetivo era regular o relacionamento entre os novos vizinhos e destes com o complexo habitacional.

Porém, outras necessidades foram logo identificadas, sendo que a primeira foi com as crianças do bairro.

“Havia aqui cerca de 750 crianças, que brincavam e jogavam à bola no interior do edifício, que parece uma alameda. Tem campos de futebol, de basquete e parque infantil. Temos tudo ali no interior e os miúdos podiam estar ali que os pais de cima tomavam conta. Ali não andam veículos motorizados”, refere Jorge Faria, lembrando: “Mas, em 1983, quando viemos para cá não era como agora, que há creches em todo o lado. As pessoas vieram de muito lado e a maioria não se conhecia, mas nem toda a gente era pobre e necessitada. A Câmara quando selecionou os moradores quis equilibrar as coisas e este nunca foi um bairro social típico”.

Identificada a primeira necessidade dos moradores, “então, um grupo de moradores reuniu-se e sugeriu-se a criação de uma associação de moradores, senão era uma balbúrdia”.

Após várias reuniões, cinco moradores foram incumbidos de formar uma associação, mas, antes de haver a associação, já havia grupos de trabalho. Finalmente, um grupo de 18 moradores fundou a Associação de Moradores das Lameiras.



“Nas primeiras eleições para os corpos sociais concorreram três listas. E é essa primeira Direção eleita que decide criar uma resposta social para as crianças”, recorda, lamentando a atitude da autarquia na altura: “Fizemos o pedido à Câmara, mas esta, apesar de dizer que sempre teve confiança na AML, achava que nós não éramos capazes! E queria entregar essa resposta à Misericórdia. Recusámos e tanto fizemos que provámos que aqui havia gente capaz para gerir uma resposta social”.

Nos dias que correm, a AML já trabalha com um universo de centenas de utentes, a maioria, em especial na área da infância, de fora do bairro das Lameiras.

Com um corpo de 90 funcionários, a AML acolhe 83 bebés em Creche, 75 crianças no Pré-escolar e 104 em CATL, apoia 35 idosos em ERPI, 40 em SAD e 30 em Centro de Dia.

Já no Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), a AML atendeu, em 2020, 117 famílias, sendo que em 2021, até junho, já o

fazia a 240 famílias. Situação idêntica no RSI, com acompanhamento, em 2020, a 159 famílias beneficiárias e, em 2021, já eram 172.

Para além da Formação, a instituição tem igualmente uma Casa Abrigo, para seis pessoas.

Mas quando se fala na Casa Abrigo, Jorge Faria só lhe apetece meter as mãos à cabeça.

“A Casa Abrigo é uma grande confusão”, atira de pronto, explicando: “Quisemos criar uma Casa Abrigo para vítimas de violência doméstica e comprámos um apartamento, mas não fomos apoiados por ninguém, nem pela Câmara, nem por privados, nem por ninguém. Mesmo assim comprámos um apartamento no bairro para seis pessoas”.

Porém, para protocolizar a resposta, a Segurança Social impôs que a AML “comprasse o apartamento ao lado para que a casa abrigo fosse para 12 pessoas... e até deu um prazo”, conta, desenrolando o novelo: “Então, entrámos em negociações com o morador do lado, que nos disse que se lhe encontrássemos uma casa mais pequena, por ele tudo bem. A casa era da Câmara que

concordou com a situação, mas quando lhe pedimos apoio para comprarmos o apartamento, não tivemos sorte. Então, com o dinheiro que tínhamos compramos o apartamento, mas que precisava de ser mobilado e equipado. Fomos novamente pedir apoio à Câmara para ajudar, mas nada outra vez”.

Quando tudo estava pronto para as 12 pessoas, a instituição comunicou à Segurança Social, “mas não havia dinheiro para nos apoiar”, lamenta.

“Passaram 12 anos e em setembro de 2020 chamaram-nos para assinarmos um protocolo. O acordo era para 1.000 euros por pessoa acolhida na casa, mas exigem quatro funcionários, 24h00, sete dias por semana, em que temos que lhes pagar trabalho noturno, ter um psicólogo, um sociólogo e um assistente social. Nós temos um prejuízo anual de cerca de 30 mil euros com a Casa Abrigo. E são ainda só seis pessoas! O protocolo é só para seis pessoas, mas a Segurança Social exigiu que a valência tivesse vaga para 12”, conta indignado, mas a história não fica por aqui, porque: “Quando em setembro de 2020 a Segurança Social nos chamou para assinar o protocolo para 12, o valor era de 1.000 euros por pessoa. Ficámos satisfeitos, porque o rácio utentes-funcionários já permitiria anular o prejuízo que andávamos a ter. Só que passados 15 dias, voltaram a chamar-nos para nos dizer que as seis novas vagas não seriam a mil euros, mas apenas a 600 euros/mês. E disse-lhes que, se era assim, não assinava. Então, está tudo mais caro, o valor não altera há anos e ainda querem reduzir desta maneira o valor da comparticipação? Não, assim não”.

A situação relatada por Jorge Faria ainda ganha contornos mais curiosos, porque ainda no tempo do Governo PSD-CDS, na falta de verbas para protocolizar as 12 pessoas, a tutela propôs a transformação do segundo apartamento numa resposta de emergência.

“Entretanto, quando surgiu o imbróglio do protocolo para 12 e ficou tudo em águas de bacalhau, agora nem a resposta de emergência temos”, lamenta Jorge Faria, que tem seis vagas para vítimas de violência doméstica que não pode ocupar e continua a acumular prejuízos com a Casa Abrigo tal como está.

Ainda assim, o presidente da AML assegura que “a saúde financeira está boa e recomenda-se, porque há uma boa gestão”, argumentando que “não se gasta de qualquer maneira, somos criteriosos nas compras e fazemos uma gestão rigorosa”.

Com os olhos no futuro na melhoria dos serviços e numa melhor sustentabilidade da instituição, os responsáveis pela AML têm dois grandes projetos em mãos: criar 13 apartamentos de autonomia para idosos e produção de energia e venda à rede.

“Nós já temos uns painéis fotovoltaicos, comprados por nós, e vendemos energia à rede, o que dá algum benefício. Agora, temos uma parceria com uma empresa ligada à EDP que vai montar os painéis, sendo que o lucro da energia ali gerada e vendida é uma parte para essa empresa e outra parte para a Associação. Nós não gastamos dinheiro nenhum, só disponibilizamos o espaço”, revela Jorge Faria, assegurando: “Queremos caminhar no sentido de sermos autónomos financeiramente e este é um passo nesse sentido”.

Quanto ao projeto dos apartamentos de autonomia, as estruturas já existem, são os espaços onde dantes funcionava a Associação, necessitam apenas de ser adaptados.



“Numa parte desse espaço estão alguns serviços, mas a outra parte é para esse projeto. O problema das áreas onde queremos instalar os apartamentos é que ainda tem o âmbito para centro social, o que só a Câmara pode alterar. Depois, ou concorremos a um programa da União Europeia para podermos construir e estabelecer um protocolo com a Segurança Social ou, se não for assim, temos que particularmente alugar as casas, tendo os idosos que pagar como se estivessem numa outra qualquer casa não subsidiada”.

Tal como todas as outras IPSS, também a AML tem lidado, nos últimos 19 meses, com a Covid-19 e todas as suas implicações no funcionamento da instituição.

Por exemplo, o Centro de Dia apenas abriu em meados de setembro, mas, ainda assim, a AML conseguiu passar incólume à pandemia em número de casos positivos de SARS-CoV-2.

“Uma coisa boa que agradecemos, é que não tivemos qualquer caso de Covid nos nossos idosos. Houve apenas um funcionário, mas estava de férias”, congratula-se, agradecendo as ajudas recebidas: “Tivemos bons apoios, da Câmara, da UDIPSS e de outras entidades, o que ajudou, porque os materiais e os produtos são caros. Só em batas é um dinheiro, porque no Apoio Domiciliário, que são 40 utentes e com mais do que uma visita por dia, é necessário trocar a vestimenta por uma nova a cada visita”.

E como seria Vila Nova de Famalicão sem a Associação de Moradores das Lameiras?

“Não seria como é agora. Nas Lameiras nasceram crianças que hoje estão muito bem na vida. As Lameiras são uma escola. Muitas vezes, Vila Nova de Famalicão é conhecida por causa das Lameiras, especialmente na área social. Quando para aqui viemos, as Lameiras estavam na periferia da cidade, agora estamos no centro. Por isso, a Câmara tem que olhar muito bem para este edifício. E, por isso, é que a Câmara tem que apoiar muito a Associação”, alerta Jorge Faria.

Como se pode ler no sítio na Internet da AML: “A Associação de Moradores das Lameiras há muito tempo deixou de ser uma simples coletividade de bairro, para se tornar numa instituição que apostou no desenvolvimento social, na criatividade, na ecologia e na inovação social”.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)





Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS



SERVIÇOS PARTILHADOS



RESTAURAÇÃO COLETIVA



RESTAURAÇÃO PÚBLICA E CATERING DE EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO ALIMENTAR



SEGURANÇA HUMANA E ELETRÔNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E INCENTIVOS



TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTSOURCING

 WWW.TRIVALOR.PT

 [LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA](https://www.linkedin.com/company/trivalor-sgps-sa)

RUA DA GARAGEM, N° 10 - 2790-078 CARNAXIDE
TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808
FAX.: 210 420 098 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

NO PRIMEIRO ANO DE FUNCIONAMENTO

Linha Covid Lares recebeu três mil chamadas

A Linha Covid Lares, lançada há um ano, atendeu quase 3.000 chamadas telefônicas de lares de idosos, segundo um comunicado divulgado pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

“Neste primeiro ano de funcionamento, esta linha, criada para esclarecer dúvidas, prestar informação e sinalizar situações de risco, atendeu mais de 2.920 chamadas de lares de idosos”, pode ler-se na nota à imprensa.

A maioria das chamadas recebidas teve como objetivo o esclarecimento de dúvidas relacionadas com a pandemia de covid-19, como normas ou procedimentos, ou para solicitar orientação devido à existência de colaboradores ou utentes com sintomas compatíveis com covid-19, ou que tiveram contacto com alguém infetado.

Na sua maioria, as chamadas foram efetuadas desde os distritos de Lisboa (16%), Porto (9,3%), Setúbal (5,9%) e Braga (5,8%).

O ministério refere ainda que desde julho, a Linha Covid Lares passou também a acompanhar a implementação da Plataforma

SupERa, que permite que os lares possam fazer uma monitorização ativa de sintomas associados à covid-19 e também a identificação precoce de outras doenças respiratórias.

De acordo com a nota, inscreveram-se na plataforma “mais de 645 lares, com quase 3 mil utentes a serem monitorizados”.

Ao abrigo da Plataforma SupERa, foram já distribuídos 1.672 oxímetros a um total de 1.567 instituições, avança o ministério.

Segundo a informação, a plataforma orienta os profissionais dos lares na tomada de decisão perante o quadro clínico do utente, que pode ser considerado normal, a necessitar de vigilância ou a necessitar de outros níveis de atuação, nomeadamente contacto com a linha SNS 24.



A Linha Covid Lares resulta de uma parceria entre a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e o ABC - Algarve Biomedical Center, inserindo-se no programa integrado do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de apoio aos lares, refere o gabinete.

A Linha Covid Lares está disponível 24 horas por dia através do número 707207070.



SOLIDÁRIOS CONSIGO DESDE 1995

CNT CONTABILIDADE ESNL

UTC UTENTES CT (CERTIFICADOS AT)

IMO IMOBILIZADO ESNL

PC PROCESSOS CLÍNICOS UCC

ORC MÓDULO ORÇAMENTOS

PCM PROCESSOS CLÍNICOS MÓVEL

LAN LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE

CP CONTROLO DE PRESENÇAS

ORD ORDENADOS

US UNIDADES DE SAÚDE (ADSE / ARS)

GI GESTÃO DE IMÓVEIS

ACC ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO

ASS ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS

entre outras

- + de 40 Aplicações
- 100% de Satisfação
- + de 900 Clientes
- GRÁTIS Demonstrações sem Compromisso
- Assistência Remota
- Formação online

MORADA: Rua dos Cutieiros, 2556, 4835-044 Guimarães

TELEFONE (+351) 253 408 326
TELEMÓVEL (+351) 939 729 729
EMAIL: tsr@tsr.pt

ENCONTRE-NÓS EM www.tsr.pt

VACINAÇÃO COVID-19

Os idosos já estão a receber a terceira dose

Os idosos que tomaram a vacina da gripe há mais de 14 dias estão já a receber a terceira dose da vacina contra a covid-19. “Estamos à espera que haja uma orientação da Organização Mundial da Saúde (OMS) para podermos, se for possível, administrar [o reforço da] vacina contra a covid-19 e a vacina contra a gripe no mesmo dia, em locais do corpo diferentes, mas na mesma sessão vacinal”, disse a diretora-geral da Saúde, Graça Freitas.

A diretora-geral destacou que o processo de vacinação em Portugal foi um “sucesso” - com o país a atingir no início de Outubro a meta de 85% da população vacinada - Graça Freitas acentua que este ainda não acabou, sendo necessário continuar a vacinar quem ainda não o fez e também a reforçar a imunidade dos grupos que foram identificados como elegíveis para uma terceira dose ou dose de reforço da vacina, nomeadamente imunodeprimidos e pessoas com mais de 65 anos.

“Temos que reforçar de alguma forma a imunidade daqueles que necessitam de um novo estímulo para ficarem mais protegidos porque a proteção vai diminuindo ao longo do tempo e estamos a fazê-lo em dois grupos”, disse Graça Freitas.

O primeiro daqueles grupos abrange os imunodeprimidos, cujo reforço da vacina contra a covid-19 já foi iniciado, e o segundo grupo engloba as pessoas com mais de 65 anos, sendo dada “prioridade para pessoas com 80 anos ou mais e para as pessoas que residem em lares e estruturas similares”, com a inoculação terceira dose ou dose de reforço.

Caso chegue entretanto a orientação da OMS para uma coadministração das vacinas contra a gripe e a covid-19 na mesma sessão vacinal, a diretora-geral da Saúde afirma que a capacidade logística e de planeamento está “preparada” para cumprir tal medida que, a ser possível, “dá mais conforto às pessoas, que evitam uma deslocação” e facilita a gestão do processo ao nível dos serviços.

Graça Freitas lembrou ainda que, a par deste reforço de doses para os grupos elegíveis, o processo de vacinação contra a covid-19 ainda continua uma vez que é necessário completar a vacinação de alguns e de vacinar aqueles que ainda não têm nenhuma toma, como os jovens que entretanto atingem os 12 anos ou pessoas que vêm de fora nestas condições.

Portugal atingiu a meta de ter 85% da população com vacinação completa contra a covid-19, considerando que tal é motivo de “orgulho”.

Também o Ministério da Saúde emitiu um comunicado a assinalar aquela meta, precisando que Portugal se tornou o primeiro país do mundo a ter 85% da população vacinada.

Neste processo foram administradas, em Portugal continental, cerca de 15,3 milhões de vacinas, possibilitando que cerca de 8,4 milhões de pessoas tenham agora o esquema vacinal completo, adianta o comunicado do gabinete da ministra Marta Temido.



43 MIL VACINADOS INFETADOS

Mais de 43 mil pessoas com vacinação completa contra a covid-19 foram infetadas pelo coronavírus SARS-CoV-2, o que representa 0,5% do total de vacinados, e 467 morreram, indica o relatório das “linhas vermelhas” da pandemia.

“Desde o início do processo de vacinação contra a covid-19, foram identificados 43.751 casos de infeção por SARS-CoV-2 entre os 8.603.453 indivíduos com esquema vacinal completo há mais de 14 dias (0,5%)”, refere o relatório semanal da Direção-Geral da Saúde (DGS) e do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (INSA).

De acordo com esta análise de risco da pandemia, entre as pessoas infetadas, 774 (1,8%) foram internadas com diagnóstico principal de covid-19, mais de metade das quais idosos com mais de 80 anos.

No total de casos de infeção em pessoas com a vacinação completa, foram registados 467 óbitos por covid-19 (1,1%), sendo quase 74% destas mortes também de pessoas com mais de 80 anos, refere o relatório.

“Entre 01 e 30 de julho de 2021, os casos

com esquema vacinal completo parecem apresentar um risco de hospitalização cerca de três a seis vezes inferior aos casos não vacinados”, adiantam as autoridades de saúde.

O relatório indica ainda que, durante o mês de setembro, ocorreram 126 óbitos em pessoas com esquema vacinal completo, 13 óbitos em pessoas com vacinação incompleta e 78 óbitos em pessoas não vacinadas.

“O risco de morte, que é medido através da letalidade por estado vacinal, é duas a quatro vezes menor nas pessoas com vacinação completa do que nas pessoas não vacinadas, de acordo com os dados de agosto, mês com os dados consolidados mais recentes”, explica o documento.

De acordo com a DGS e o INSA, a análise dos diferentes indicadores revela uma atividade epidémica de intensidade reduzida, com tendência decrescente a nível nacional, o que se reflete numa baixa pressão sobre os serviços de saúde e na mortalidade associada à covid-19.

Em Portugal, desde março de 2020, morreram 18.027 pessoas e foram contabilizados 1.074.109 casos de infeção, segundo dados da Direção-Geral da Saúde.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



Os maus caminhos por onde vão os bancos centrais

Algures nestas crónicas terei referido a minha angústia sobre o papel dos bancos centrais nas economias de capitalismo avançado.

Acontece que, porventura sem nos darmos conta, a natureza dos bancos centrais e as funções que lhe estão atribuídas estão a mudar e estou longe de ter a certeza de que estejam a evoluir no bom sentido.

As alterações progressivas, em passos minúsculos, quase impercetíveis, quando ao fim de algum tempo acumulam massa crítica, podem mudar a natureza das coisas e, em geral, estas mudanças não programadas acabam mal.

Os Estados Unidos começaram a sua intervenção no Vietnã com uma presença modesta, não mais que uns quantos consultores para apoiar o esforço bélico do Sul contra a insurgência comunista do Norte.

Aos poucos, sem que aparentemente ninguém o desejasse, a natureza da missão foi evoluindo para a acabar como todos sabemos, numa guerra total, cruel e, finalmente, numa humilhante derrota da América.

Os bancos centrais existem para controlar a oferta de moeda e a inflação – é assim estatutariamente no BCE – e, nalguns casos, como acontece nos Estados Unidos, o banco central tem também como objetivo a maximização do emprego.

Ninguém ignora que, mesmo quando os objetivos dos bancos centrais estão limitados ao mínimo (oferta de moeda e inflação), o seu papel é eminentemente político.

Desde logo isso traz um problema porque decisões políticas, de enorme importância para a vida dos cidadãos, são tomadas por pessoas que não são eleitas e que não estão sujeitas ao escrutínio democrático, ou seja, ao contrário dos políticos comuns, não podemos mandar embora os dirigentes do banco central nas próximas eleições, caso se mostrem corruptos ou incompetentes.

Trata-se de um equilíbrio difícil. Por um lado, é necessário garantir a independência dos bancos centrais em relação aos governos. Vimos recentemente na Turquia como um banco central às ordens do governo pode fazer muito mal à economia e à sociedade. Mas, por outro lado, é preocupante que demasiado poder fique nas mãos de profissionais a quem o controlo democrático não se aplica.

Podem mesmo colocar-se situações limite como aconteceu recentemente em Portugal. Um governador do Banco de Portugal, sobre quem pesavam dúvidas sérias quanto à qualidade no exercício do cargo e que um governo legítimo

gostaria de ter substituído, manteve-se no cargo devido à proteção estatutária do BCE.

Contudo, se não é fácil fugir das contradições intrínsecas ao modelo de bancos centrais que vigora desde meados dos anos oitenta, já não será prudente acrescentar outros problemas que manifestamente são evitáveis.

Os grandes bancos centrais, nomeadamente a Reserva Federal Americana e o BCE, parecem querer envolver-se em questões como, por exemplo, a crescente desigualdade na distribuição da riqueza ou a transição climática.

Ninguém duvida da importância desses temas. O que não é garantido é que faça parte das funções dos bancos centrais cuidar de tais coisas, por um lado, e, por outro, que a política monetária seja o meio adequado para os resolver.

A verdade é que, aos poucos, vamos achando natural que os bancos centrais nos falem de crescimento inclusivo, de combate à desigualdade ou de fazer frente às alterações climáticas.

Não é saudável por várias razões.

Desde logo porque as funções estatutárias dos bancos centrais são suficientemente exigentes e dispensam-se distrações com temas que outros devem conduzir. Supervisionar e regulamentar o setor financeiro, controlar a oferta de moeda e orientar as taxas de juro são tarefas a tempo inteiro e em exclusividade. Mesmo estas implicam um papel eminentemente político e devemos estar conscientes dos riscos que sempre comporta ter tanto poder nas mãos de pessoas não democraticamente eleitas.

Em segundo lugar, é tudo menos garantido que a política monetária seja o instrumento adequado para lidar com temas como, por exemplo, a desigualdade.

Vejamos o que vai atualmente pelo mundo.

Para combater a crise que emergiu em 2008/2009 e, depois, para enfrentar a pandemia, temos atualmente a política monetária mais expansionista da história.

Inevitável? Talvez!

Contudo, há uma diferença qualitativa entre a crise financeira de 2008/2009 e a pandemia. É que, em 2008/2009 os bancos centrais ficaram a falar sozinhos no combate à crise – os governos, depois de algum apoio fiscal inicial, abandonaram o campo de batalha.

Com a pandemia já não foi assim, felizmente. Os governos colocaram no terreno múltiplos modelos de suporte orçamental e evitaram o que poderia ter sido uma tragédia económica e social em cima da tragédia sanitária.

Num primeiro momento da pandemia a expansão do suporte monetário parecia inevitável.

O problema aqui, como em muitas coisas da vida, é que raramente aplicamos a sabedoria de um ditado russo que diz que nunca devemos entrar numa sala sem conhecer as portas de saída.

Foi fácil decidir a expansão do apoio monetário – o problema é que agora ninguém sabe como acabar com ele – a política monetária está capturada pelos mercados.

Em boa parte, devido à expansão monetária os mercados estão numa euforia descontrolada e um aperto monetário súbito pode ter consequências catastróficas não só nos mercados, mas também nas economias – em larga medida os bancos centrais estão de mãos atadas. Se não fazem nada arriscam-se a assistir a uma espiral inflacionista, a mercados ineficientes, a distorções na aplicação de capital e por aí fora, se decidem atuar arriscam-se a colocar os mercados em espiral de correção e as consequências podem não ser bonitas.

Finalmente fica evidente como a política monetária pode não ser o instrumento adequado para lidar com assuntos como a desigualdade na distribuição da riqueza, dos rendimentos ou das oportunidades.

Devido à expansão monetária da última dúzia de anos, a inflação no valor de todo o tipo de ativos, ações, títulos de dívida, casas, etc., fez os ricos ainda mais ricos e os pobres, pelo menos relativamente, ainda mais pobres. Nunca houve tantos bilionários como nos nossos dias!

Não, de todo! A política monetária não serve para fazer justiça social nem os banqueiros centrais estão democraticamente mandatados para tratar de tais coisas.

É bom regressar aos fundamentais – a política monetária serve para controlar a oferta de moeda, orientar as taxas de juro e até podemos conceber que o volume de emprego compatível com uma economia não inflacionada possa ficar dentro do mandato de um banco central como acontece nos estados unidos.

Mesmo isto já é suficientemente perigoso porque estamos a delegar em profissionais sem escrutínio democrático decisões eminentemente políticas e potencialmente com implicações profundas no tecido social.

Aumentar a atual área de risco, permitindo aos bancos centrais um ainda maior escopo de decisão política parece-me manifestamente imprudente. Talvez seja altura de ser claro nesta matéria antes de, sem nos apercebermos, termos parido um par de monstros descontrolados.



**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30 ✓

Marcas Representadas

19 ✓®

Marcas Próprias

5.800 🚚

Pontos de entrega

4.800.000 🚚

km / ano

120.000 📦

Toneladas /ano
de alimentos de alta
qualidade

175 M €

Em vendas

100% 🇵🇹

Cobertura Nacional
e Ilhas (Madeira e Açores)
e exportação para África,
Ásia, Europa e América

+24.000 🥫

Referências alimentares
e não alimentares

8 🏠

Plataformas Logísticas:
Lisboa, Porto, Viseu,
Covilhã, Algarve, Açores
(São Miguel e Terceira)
e Madeira



LISBOA: 210 420 000
ALGARVE: 282 484 009
PORTO: 220 406 900

COVILHÃ: 275 320 600
VISEU: 232 430 470
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550
TERCEIRA: 295 513 048
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS
Nº 2008/AMB0364
Nº 2019/SST.0521
Nº 2006/CEP2827
Nº 2008/GSA0037

TRIVALOR
trivalor.pt



Haja Luz...

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

ONU E OMS APRESENTAM ESTRATÉGIA DE VACINAÇÃO GLOBAL COVID-19

Países de baixa renda ou subdesenvolvidos receberam menos de 1% das vacinas em todo o mundo

O secretário-geral da ONU, António Guterres, afirmou que “o mundo não foi capaz de se juntar” no combate à pandemia da covid-19, alertando que seria “estúpido” não vacinar todos os países, porque, sustentou, o vírus “propaga-se a grande velocidade”.

“Aqueles [países] que têm poder deveriam juntar-se para resolver este drama mundial terrível. Isso não aconteceu, continua cada um a agir por si. Tivemos o açambarcamento das vacinas, depois tivemos o nacionalismo das vacinas, agora temos a diplomacia das vacinas, mas a verdade é que o mundo não foi capaz de se juntar”, realçou António Guterres, em entrevista à RTP, falando sobre uma nova Estratégia de Vacinação Global contra a covid-19 para vacinar 40% da população em todos os países até final do ano.

De acordo com o secretário-geral das Nações Unidas, a estratégia vai implicar que os Estados-membros tomem um conjunto de decisões, na partilha de vacinas e em relação ao financiamento.

“Aqueles que não colaborarem será claro para o mundo que têm uma responsabilidade e se infelizmente não for possível fazer este programa ter êxito essa responsabilidade tem de ser claramente atribuída aos que não corresponderem a um conjunto de recomendações muito claras, uma prescrição muito clara sobre o que é preciso fazer para garantir o resultado de que falamos”, alertou.

António Guterres sustentou que a Organização Mundial da Saúde (OMS) “não tem poder para impor que país dê vacinas a outro”.

A Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciaram uma nova Estratégia de Vacinação Global contra a covid-19 para vacinar 40% da população em todos os países até final do ano.

O plano necessita de 8 mil milhões de dólares (6,9 mil milhões de euros) para assegurar uma distribuição equitativa e visa alcançar a vacinação de 70% da população de todos os países até meados de 2022.

O anúncio foi feito pelo diretor-geral da OMS, Tedros Ghebreyesus, em conjunto com o secretário-geral da ONU, António Guterres, em conferência de imprensa virtual, a partir de Genebra e Nova Iorque.

O objetivo da ONU e da OMS era que todos os países tivessem vacinado pelo menos 10% da sua população até final de setembro, mas a meta não foi alcançada em 56 países, “sem culpa própria”, consideraram os responsáveis.

“Com a produção de vacinas agora em quase 1,5 mil milhões de doses por mês, podemos alcançar 40% das pessoas em todos os países até o final do ano - se pudermos mobilizar cerca de 8 mil milhões de dólares para garantir que a distribuição seja equitativa”, declarou António Guterres.

A estratégia anunciada distribui responsabilidades por países, produtores e fabricantes de vacinas, instituições financeiras globais e bancos de desenvolvimento, setor privado e sociedade civil.

O plano pede a todos os países que atualizem os planos de vacinação nacionais para os alinharem com os objetivos anunciados, atualizando os investimentos e a distribuição.

Os países com alta taxa de cobertura devem aumentar as doações de vacinas à plataforma COVAX, segundo a OMS.

Aos produtores de vacinas, a OMS pede licenciamentos não exclusivos para outros países, mas “o livre fluxo transfronteiriço de vacinas prontas e matérias-primas” e a partilha de ‘know how’.

Às organizações comunitárias e sociedade civil pede que exijam e defendam a distribuição equitativa de vacinas e apoiem programas de vacinação nos respetivos países.

Já os bancos de desenvolvimento regionais devem dar acesso mais rápido a capital e ajuda externa aos países em desenvolvimento e “apoiar os mecanismos internacionais de aquisição e alocação” de vacinas.

O secretário-geral da ONU, que há muito tem incentivado um plano de vacinação global a ser implementado por uma ‘task force’ de emergência em conjunto com países produtores de vacinas, OMS, parceiros

da plataforma de vacinação COVAX, instituições financeiras mundiais e companhias farmacêuticas, considerou que “cabe aos Estados-Membros unir-se e fazer o que for necessário para que esta estratégia seja bem-sucedida”.

Guterres acrescentou ainda que os países do G20 terão uma “oportunidade”, na cimeira do grupo de 30 e 31 de outubro, em Roma, para concretizar a promessa de vacinar todo o mundo.

O diretor-geral da OMS, Tedros Ghebreyesus denunciou que a “concentração” de instrumentos e materiais nas mãos de poucos países e companhias levaram a “uma catástrofe global”, mas que os objetivos ainda podem ser atingidos com um nível de “compromisso político, ação e cooperação maior do que o que vimos até aqui”.

Até agora, foram administradas 6,4 mil milhões de doses em todo o mundo e quase um terço da população mundial já está completamente protegida, disse Tedros Ghebreyesus, acrescentando que 75% de todas as vacinas foram para países de renda alta e média-alta.

Países de baixa renda ou subdesenvolvidos receberam menos de um por cento das vacinas em todo o mundo e, no continente africano, menos de 5% da população está vacinada com ambas as doses.

“O desenvolvimento e aprovação de vacinas em tempo recorde levou-nos ao cume da conquista científica, mas agora estamos à beira do precipício do falhanço, se não disponibilizarmos os benefícios da ciência para todas as pessoas em todos os países”, declarou o diretor-geral da OMS.

Ótima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS



Agente especializado:

milplus
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL